



A evolução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas sub-regiões do Norte

Índice

Lista de siglas e acrónimos.....	3
Sumário.....	4
Introdução.....	5
1. Metodologia e base de dados.....	6
2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com indicadores de base local.....	7
2.1 Erradicar a pobreza (ODS 1)	12
2.2 Erradicar a fome (ODS 2)	15
2.3 Saúde de qualidade (ODS 3)	17
2.4 Educação de qualidade (ODS 4).....	20
2.5 Igualdade de género (ODS 5).....	23
2.6 Água potável e saneamento (ODS 6)	25
2.7 Energias renováveis e acessíveis (ODS 7)	27
2.8 Trabalho digno e crescimento económico (ODS 8)	29
2.9 Indústria, inovação e infraestruturas (ODS 9)	32
2.10 Reduzir as desigualdades (ODS 10).....	35
2.11 Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11).....	38
2.12 Produção e consumo sustentáveis (ODS 12).....	41
2.13 Ação climática (ODS 13)	43
2.14 Proteger a vida marinha (ODS 14)	45
2.15 Proteger a vida terrestre (ODS 15).....	47
2.16 Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16)	50
2.17 Parcerias para a implementação dos objetivos (ODS 17)	53
Conclusões	55
Fontes.....	56

Lista de siglas e acrónimos

AMP - Área Metropolitana do Porto

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS 1 - Erradicar a Pobreza

ODS 2 - Erradicar a Fome

ODS 3 - Saúde de Qualidade

ODS 4 - Educação de Qualidade

ODS 5 - Igualdade de Género

ODS 6 - Água Potável e Saneamento

ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis

ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico

ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas

ODS 10 - Reduzir as Desigualdades

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis

ODS 13 - Ação Climática

ODS 14 - Proteger a Vida Marinha

ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos

ONU - Organização das Nações Unidas

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TTM - Terras de Trás-os-Montes

UE - União Europeia

Sumário

A análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Norte destaca avanços substanciais nos ODS relacionados à saúde e à educação de qualidade, com várias sub-regiões próximas de alcançar as metas de 2030. O Pilar das Pessoas, que abrange esses objetivos, apresenta as menores assimetrias na Região, reflexo da aplicação de políticas públicas inclusivas.

No Pilar da Prosperidade, entretanto, os desafios são mais acentuados. O crescimento económico modesto da Região tem sido acompanhado por maiores disparidades na atividade industrial e inovadora. As sub-regiões urbanas, como Cávado, Ave e a Área Metropolitana do Porto, destacam-se pela superior competitividade e inovação, enquanto as de menor densidade populacional enfrentam obstáculos estruturais, como baixos índices de emprego e maior especialização económica.

As desigualdades internas de rendimento também são marcantes neste pilar, atingindo níveis elevados tanto na Área Metropolitana do Porto, devido à diversidade salarial e exclusão social, quanto nas sub-regiões rurais (Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e Barroso, e Douro), onde prevalece a dualidade entre as áreas urbanas centrais e as zonas rurais despovoadas.

Por outro lado, no Pilar do Planeta, as sub-regiões mais rurais apresentam indicadores ambientais mais favoráveis, atribuídos à menor pressão sobre os recursos naturais. Em contraste, as sub-regiões mais urbanas enfrentam desafios ambientais mais complexos, exigindo políticas de mitigação e iniciativas para cidades mais sustentáveis.

Introdução

A sustentabilidade tem-se tornado um princípio orientador essencial para o desenvolvimento global, sendo centralizada na Agenda 2030 da ONU. Essa agenda introduziu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam promover o bem-estar humano e a preservação ambiental. Embora desenvolvida num contexto global, a aplicação dos ODS a nível regional e local é fundamental para alcançar resultados mais alinhados às necessidades de cada território. Para o Norte, uma abordagem local permite que os municípios e as sub-regiões explorem os ODS de forma alinhada e relevante.

O Norte apresenta um perfil de desenvolvimento marcado pela diversidade, tanto económica, como social e ambiental. A região é composta por sub-regiões com características distintas, incluindo centros urbanos, áreas industriais, zonas rurais e de baixa densidade populacional. Essa diversidade exige o aprofundamento dos ODS à realidade local para assegurar que todas as partes da Região possam beneficiar das políticas de desenvolvimento sustentável.

A análise dos ODS ao nível local permite identificar onde estão os principais progressos e desafios. Essa abordagem revela, por exemplo, como determinadas sub-regiões mais rurais enfrentam maiores dificuldades para atingir as metas de prosperidade económica. Por outro lado, regiões mais urbanas podem apresentar problemas relacionados à sustentabilidade ambiental, ao uso excessivo de recursos, bem como dificuldades no acesso à habitação e maior exclusão social. Desta forma, compreender essas tonalidades é fundamental para desenvolver políticas públicas que se ajustem melhor às particularidades da Região.

Ao utilizar a plataforma ODS Local, este estudo centraliza dados específicos de cada município e agrega-os ao nível das sub-regiões, permitindo um acompanhamento minucioso do progresso dos ODS no Norte. A plataforma permite monitorizar indicadores importantes, como as condições de saúde, educação, rendimentos, economia circular, proteção ambiental, paz e parcerias. Essa centralização de informações facilita a criação de um panorama global e detalhado, possibilitando comparações entre as sub-regiões do Norte, além de permitir uma melhor compreensão sobre o desempenho relativo da Região em relação às metas de 2030.

Para avaliar o progresso dos ODS, foram desenvolvidos índices que quantificam o estágio atual de cada indicador em relação à meta para 2030. Esses índices expressam o progresso numa escala de 0 a 100%, onde 100% representa o cumprimento total da meta. Com isso, o estudo identifica tanto os indicadores que estão próximos das metas, como aqueles que estão mais distantes, oferecendo uma base sólida para direcionar os esforços e intervenções necessárias para corrigir trajetórias desviantes. Os valores agregados de cada ODS e de cada pilar também auxiliam a fornecer uma visão sintética e integrada do desenvolvimento sustentável na Região.

Além de monitorar o progresso, a análise deste estudo também permite identificar boas práticas e lições que podem ser compartilhadas entre os territórios. Em áreas onde o progresso é mais acentuado, como a educação e a saúde, práticas bem-sucedidas podem ser replicadas em outros espaços. Isso contribui para a criação de um desenvolvimento sustentável mais equitativo e colaborativo, promovendo uma partilha de soluções que pode acelerar o progresso do Norte rumo às metas da Agenda 2030.

Em resumo, este estudo procura não apenas mensurar o progresso dos ODS, mas também contribuir para melhoria das políticas públicas e incentivar a cooperação entre os territórios para alcançar um desenvolvimento sustentável mais equilibrado e inclusivo. Ao analisar os resultados e desafios regionais de forma detalhada, espera-se que o relatório ofereça informações valiosas para guiar decisões futuras e fortalecer as iniciativas que promovem o bem-estar e a sustentabilidade no Norte.

1. Metodologia e base de dados

A metodologia deste estudo consiste na análise ao desenvolvimento sustentável das sub-regiões do Norte, tendo por base as estatísticas da plataforma ODS Local. A plataforma integra uma lista de indicadores municipais, na qual os dados mais recentes dizem respeito, maioritariamente, ao ano de 2022. Partindo dessa informação, e após a agregação dos valores concelhios, analisou-se o progresso das sub-regiões do Norte rumo às metas estabelecidas para 2030.

As metas detalhadas neste relatório seguem as estabelecidas na plataforma ODS Local, aplicando-se de forma uniforme a todos os municípios de Portugal, com exceção das emissões de gases de efeito estufa. A definição das metas para todos os indicadores baseou-se nos seguintes critérios, em ordem sequencial:

1. Utilização do valor indicado na meta da ONU, quando relevante para Portugal e com dados disponíveis;
2. Na falta do critério anterior, aplicação do valor estipulado em programas, planos ou estratégias nacionais e/ou supranacionais (como da UE);
3. Caso os critérios anteriores não se apliquem, utilização dos “melhores” valores do ano-base, considerando os percentis de 5% ou 95% dos municípios de Portugal, conforme o valor-meta tenha sentido ascendente ou descendente;
4. Quando necessário, a equipa da plataforma ODS Local definiu o valor-meta.

Para medir o progresso atual de cada indicador rumo às metas definidas para 2030, calcularam-se **Índices de Progresso por Indicador**, que representam a percentagem atual do percurso percorrido entre o valor-base observado em 2015 e a meta estabelecida para 2030. Esses índices são expressos numa escala de 0 a 100%, onde 100% indica o cumprimento total da meta, e foram calculados da seguinte forma:

$$\text{Índice de Progresso} = \frac{\text{Valor atual} - \text{Valor base}}{\text{Valor meta} - \text{Valor base}} \times 100\%$$

Esse método permite uma avaliação objetiva do desenvolvimento sustentável de cada indicador, identificando quais metas estão mais próximas de serem alcançadas e quais se encontram a uma maior distância. Para facilitar a leitura do desenvolvimento sustentável, os índices foram agrupados em seis intervalos.

Quadro 1 – Sinalética de cores para medir o progresso de cada indicador rumo à meta de 2030

Índice de progresso: % do caminho percorrido entre o valor-base e o valor-meta (meta=100%)					
 0 a 19,9%	 20% a 39,9%	 40% a 59,9%	 60% a 79,9%	 80% a 99,9%	 100%
Desempenho muito reduzido	Desempenho reduzido	Desempenho mediano	Desempenho bom	Desempenho muito bom	Meta cumprida

De modo a ser possível identificar, em termos agregados, os ODS mais próximos e os mais distantes da meta, procedeu-se ao cálculo de **Índices de Progresso por ODS**, os quais resultam da média simples de cada indicador, normalizado numa escala de 0 a 100%. Esta metodologia de agregação é adotada por entidades internacionais (como as Nações Unidas e a OCDE) nos relatórios sobre a evolução dos ODS. Finalmente, considerando a importância de medir a evolução ao nível dos cinco pilares (Pessoas, Prosperidade, Planeta, Parcerias e Paz), calculou-se o **Índice de Progresso por Pilar**, que resulta, novamente, da média simples dos ODS que integram cada um deles.

A análise utiliza dados disponíveis para os 17 ODS, porém, a cobertura dos indicadores varia conforme a disponibilidade de dados de base local. Em alguns casos, há uma perda significativa de dados devido à escala geográfica ser menor, limitando a análise em alguns ODS, como por exemplo, nos da Erradicação da Fome e Igualdade de Género. Contudo, os indicadores disponíveis fornecem uma visão robusta do progresso em diversas áreas como a saúde, a educação, a água potável, o saneamento e desenvolvimento económico.

2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com indicadores de base local

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram originalmente concebidos para serem aplicados a nível nacional, proporcionando uma visão global do progresso em áreas essenciais como por exemplo, a saúde, a educação e a sustentabilidade ambiental. No entanto, a sua aplicação ao nível dos municípios e sub-regiões é igualmente relevante, pois permite identificar tendências e desafios locais específicos que podem não ser evidentes na análise nacional e em médias que escondem realidades muito distintas. Uma vez que os 17 ODS foram concebidos para promover o desenvolvimento sustentável e integrado, eles podem ser agrupados nos seguintes pilares:

1. **Pilar das Pessoas:** Erradicar a Pobreza (ODS 1), Erradicar a Fome (ODS 2), Saúde de Qualidade (ODS 3), Educação de Qualidade (ODS 4) e Igualdade de Género (ODS 5);
2. **Pilar do Planeta:** Água Potável e Saneamento (ODS 6), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Produção e Consumo Sustentáveis (ODS 12), Ação Climática (ODS 13), Proteger a Vida Marinha (ODS 14) e Proteger a Vida Terrestre (ODS 15);
3. **Pilar da Prosperidade:** Energias Renováveis e Acessíveis (ODS 7), Trabalho Digno e Crescimento Económico (ODS 8), Indústria, Inovação e Infraestruturas (ODS 9) e Reduzir as Desigualdades (ODS 10);
4. **Pilar da Paz:** Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16);
5. **Pilar das Parcerias:** Parceiras para a Implementação dos Objetivos (ODS17);

A classificação por pilares está alinhada com a dimensão relacional dos ODS, devido à elevada correlação entre os indicadores e os objetivos. Por exemplo, o progresso no Pilar das Pessoas, por via de melhores sistemas de saúde e de ensino irá ter consequências positivas no Pilar da Prosperidade. O sentido inverso também é verdade, a prosperidade contribui para reduzir a pobreza e a fome e, por essa via, promove o progresso no Pilar das Pessoas.

Contudo, não existem apenas externalidades positivas entre os diferentes objetivos. Ao longo das cadeias de valor, a promoção de alguns objetivos pode desencadear efeitos negativos. Por exemplo, o crescimento económico pode induzir um aumento da pegada material e provocar efeitos negativos sobre o Pilar do Planeta. Ter consciência desta lógica sistémica e não linear é importante para se aferir da complexidade e da geometria variável subjacente ao cumprimento das metas e dos objetivos.

Figura 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



A figura 2 apresenta os primeiros resultados, mostrando os Índices de Progresso de cada ODS para o Norte e para Portugal com base em indicadores locais. Os cinco ODS do Norte mais próximos da meta são oriundos de pilares de desenvolvimento diferentes, como o das Pessoas, Planeta e Prosperidade, o que releva um grau importante de multidimensionalidade.

No TOP 5 do Norte estão os ODS da Educação de Qualidade, Proteger a Vida Marinha, Água Potável e Saneamento, Saúde de Qualidade e Energia Renováveis e Acessíveis. Já os cinco ODS mais distantes da meta são o da Igualdade de Género, Erradicar a Fome, Ação Climática, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Trabalho Digno e Crescimento Económico.

Figura 2 – Índices de Progresso dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Meta=100%), com base nos indicadores de base local



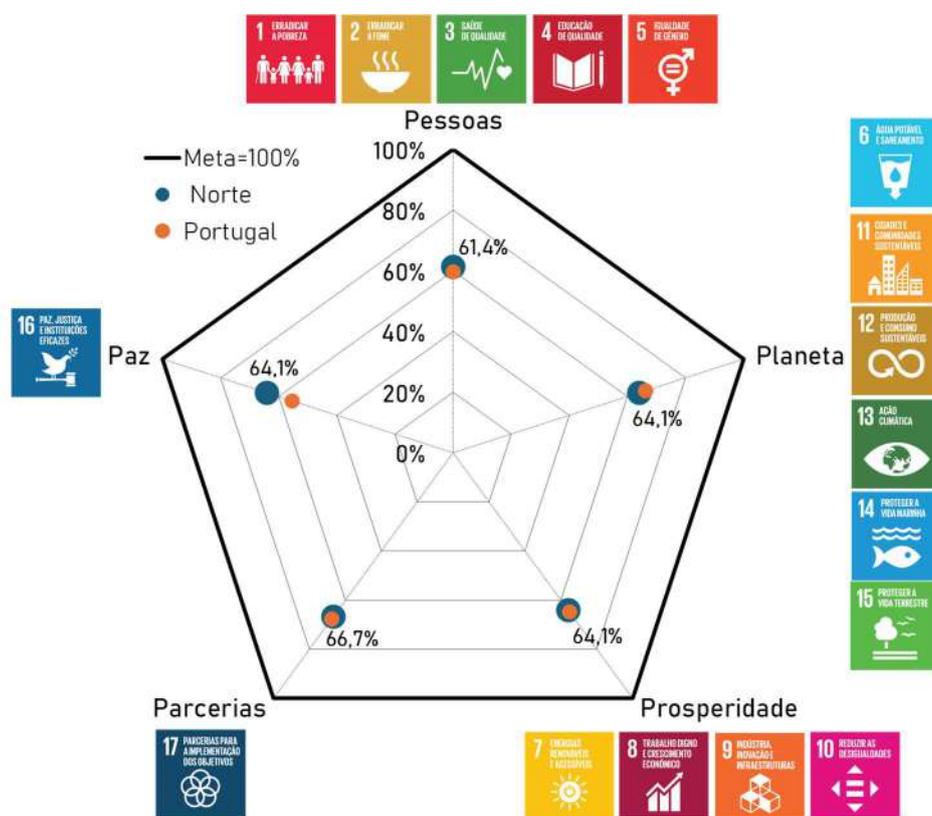
Figura 3 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais próximos e mais distantes da meta para 2030, no Norte



A classificação de cada ODS nos cinco pilares – Pessoas, Prosperidade, Planeta, Parcerias e Paz – permite uma visão mais integrada e estratégica do desenvolvimento sustentável. Essa estrutura ajuda a revelar a complexidade e a interdependência das políticas públicas necessárias para impulsionar o desempenho de cada objetivo.

Conforme ilustrado na Figura 4, os Índices de Progresso de cada pilar apresentam diferenças pouco expressivas, tanto no Norte, como em Portugal. Na análise regional, o Pilar das Parcerias lidera com um Índice de Progresso de 66,7%, seguido pelos pilares do Planeta (64,1%), Paz (64,1%), Prosperidade (64,1%) e Pessoas (61,4%). Esses índices sugerem que, em média, os indicadores de base local de cada pilar percorreram perto de dois terços do caminho entre o valor inicial de 2015 e a meta definida para 2030.

Figura 4 – Índices de Progresso dos Pilares de Desenvolvimento Sustentável (Meta=100%), com base nos indicadores de base local



Considerando que o último valor disponível em cada um dos indicadores diz respeito, maioritariamente, ao ano de 2022, um progresso atual de cerca de dois terços do caminho face à meta sugere que o Norte tem mantido um progresso consistente. Embora os resultados sejam satisfatórios em termos globais, ainda existem situações críticas em determinados ODS incluídos em cada um dos pilares:

1. **No Pilar das Pessoas**, o Norte destaca-se principalmente nos objetivos direcionados para a promoção da educação e da saúde de qualidade. Em contraste, enfrenta maiores dificuldades nos objetivos relacionados à igualdade de género e à erradicação da fome. Neste último, os indicadores de base local limitam-se, sobretudo, à atividade agrícola, não abrangendo outras dimensões como a insegurança alimentar devido à falta de dados. Assim, o baixo Índice de Progresso no ODS 2 – Erradicação da Fome – reflete, por exemplo, a baixa produtividade do trabalho no setor primário.
2. **No Pilar do Planeta**, o Norte apresenta resultados sólidos em indicadores de abastecimento de água potável, saneamento e proteção da vida marinha. Contudo, alguns objetivos ainda estão distantes das metas, como

a ação climática e o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis. Neste último, destacam-se indicadores com desempenho mais reduzido, como a limitada oferta de espaços verdes nas áreas urbanas e o custo elevado da habitação.

3. **No Pilar da Prosperidade**, o melhor resultado do Norte encontra-se nas energias renováveis e acessíveis. Já o ODS com menor progresso é o do trabalho digno e crescimento económico, que enfrenta desafios prioritários no futuro, como o aumento do rendimento da população, a ampliação da oferta de serviços financeiros e o incentivo à promoção cultural.
4. **Nos Pilares das Parcerias e da Paz**, cada um abrange um único ODS. No pilar das Parcerias, o melhor desempenho do Norte é o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o seu impacto na conectividade. Em contrapartida, a reduzida arrecadação de receitas *per capita* das Câmaras Municipais, incluindo impostos, taxas e transferências do Estado releva-se um constrangimento ao desenvolvimento. No Pilar da Paz, destacam-se positivamente os baixos índices de criminalidade, enquanto o indicador com pior resultado é o baixo Índice de Transparência Municipal.

Avaliar o progresso dos ODS pelas sub-regiões do Norte é essencial para identificar as especificidades locais e implementar estratégias mais eficazes e direcionadas. Isso ajuda a reduzir desigualdades internas, adaptar políticas locais, identificar padrões e boas práticas, além de promover uma distribuição eficiente de recursos por meio de uma monitorização mais precisa. O Quadro 2 apresenta uma síntese detalhada dos Índices de Progresso de cada pilar e de cada ODS por sub-regiões do Norte.

Os pilares com maior intervenção da política pública apresentam um desempenho mais homogéneo entre as sub-regiões do Norte do que os pilares dependentes de lógicas de mercado. De facto, as menores assimetrias nos Índices de Progresso estão no Pilar das Pessoas, especialmente nos ODS da Educação de Qualidade (ODS 4), Erradicação da Pobreza (ODS 1) e Saúde de Qualidade (ODS 3), objetivos que dependem de escolhas públicas na oferta de serviços de interesse geral.

No Pilar da Prosperidade, onde a lógica de mercado exerce maior influência, as diferenças inter-regionais são mais acentuadas. As sub-regiões mais urbanas, como o Cávado, Ave e Área Metropolitana do Porto, apresentam níveis de prosperidade superiores, em parte devido à maior atividade inovadora das suas empresas e de uma estrutura económica mais diversificada e com maiores níveis de produtividade. Em contrapartida, as sub-regiões de menor densidade populacional, para além de serem menos prósperas e inovadoras, têm outras fragilidades que prejudicam o seu desenvolvimento. As desigualdades internas nessas sub-regiões são mais pronunciadas e resultam da dualidade entre a principal cidade e o meio rural, mais despovoado.

Os melhores indicadores das sub-regiões de menor densidade populacional estão no pilar do Planeta, em ODS como a Água Potável e Saneamento (ODS 6), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Proteger a Vida Terrestre (ODS 15). Isto decorre de uma menor atividade económica e a subsequente menor pressão sobre os recursos naturais existentes em cada um dos territórios, uma vantagem que não é observada nos territórios mais urbanos, onde as externalidades negativas da poluição atingem níveis mais elevados.

Relativamente aos Pilares da Paz e das Parcerias, as diferenças sub-regionais não atingem um patamar elevado. Dois pontos em comum são os baixos níveis de criminalidade e a reduzida transparência no exercício da atividade das Câmaras Municipais, o que exige um esforço adicional à escala regional nesta matéria para melhorar a qualidade das instituições.

Do ponto de vista das parcerias e dos meios disponíveis para a concretização dos objetivos de desenvolvimento local existem diferenças sub-regionais ao nível da arrecadação de receitas. Os territórios de menor densidade populacional, com menores índices de independência financeira, têm maiores restrições de recursos próprios para a materialização de projetos que visam o desenvolvimento socioeconómico. Situação oposta ocorre nos territórios mais urbanos, onde as receitas de impostos ganham uma importância acrescida, assim como o seu contributo para o estabelecimento de parcerias e projetos.

Quadro 2 – Índices de Progresso dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Meta=100%), com base nos indicadores de base local, por sub-regiões

Pilares e ODS	Portugal	Norte	NUTS III do Norte							
			Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
Pessoas:	59,7%	61,4%	60,4%	63,2%	61,0%	57,3%	56,7%	60,0%	59,8%	61,9%
1 Erradicar a pobreza	65,8%	66,9%	64,9%	72,2%	72,1%	64,6%	68,1%	62,7%	63,4%	71,8%
2 Erradicar a fome	45,9%	39,8%	43,0%	37,8%	32,1%	29,5%	27,8%	31,9%	44,6%	35,9%
3 Saúde de qualidade	68,2%	73,4%	65,6%	79,6%	73,9%	71,8%	60,6%	67,0%	59,7%	58,7%
4 Educação de qualidade	85,4%	89,4%	89,8%	87,6%	87,4%	85,3%	87,5%	93,2%	85,9%	90,0%
5 Igualdade de género	33,2%	37,3%	38,5%	39,0%	39,5%	35,2%	39,4%	45,1%	45,6%	53,1%
Prosperidade:	64,8%	64,1%	57,7%	66,5%	66,8%	66,2%	46,6%	51,7%	53,5%	53,5%
7 Energias renováveis e acessíveis	64,9%	71,2%	71,4%	77,7%	79,0%	70,4%	58,0%	73,6%	61,1%	54,1%
8 Trabalho digno e crescimento económico	59,5%	54,6%	50,8%	54,9%	52,7%	61,6%	43,9%	44,1%	53,5%	55,8%
9 Indústria, inovação e infraestruturas	68,0%	67,5%	51,1%	69,0%	67,1%	67,4%	44,0%	36,0%	53,2%	59,1%
10 Reduzir as desigualdades	66,7%	63,0%	57,4%	64,3%	68,4%	65,3%	40,5%	53,2%	46,2%	45,2%
Planeta:	66,2%	64,1%	61,4%	60,1%	64,6%	58,4%	64,2%	49,5%	64,8%	75,8%
6 Água potável e saneamento	78,9%	75,4%	64,1%	73,8%	66,6%	71,9%	72,0%	50,1%	75,7%	85,1%
11 Cidades e comunidades sustentáveis	55,8%	53,1%	58,3%	39,0%	49,4%	43,6%	66,9%	49,2%	73,6%	74,6%
12 Produção e consumo sustentáveis	72,9%	68,7%	39,0%	69,9%	88,6%	74,3%	39,6%	30,7%	41,9%	78,0%
13 Ação climática	61,5%	46,0%	61,5%	50,0%	43,5%	37,3%	57,6%	46,8%	49,0%	68,2%
14 Proteger a vida marinha	69,5%	79,7%	80,1%	75,5%	82,4%	80,2%	86,6%	67,2%	79,4%	81,1%
15 Proteger a vida terrestre	58,9%	61,5%	65,4%	52,3%	57,4%	43,3%	62,3%	52,7%	68,9%	67,6%
16 Paz, justiça e instituições eficazes	55,4%	64,1%	58,5%	70,1%	74,0%	60,6%	55,3%	72,7%	64,7%	62,2%
17 Parcerias para a implementação dos objetivos	67,7%	66,7%	62,5%	69,4%	65,4%	70,6%	65,9%	59,8%	61,6%	64,9%

Índice de progresso: % do caminho percorrido entre o valor-base e o valor-meta (meta=100%):



2.1 Erradicar a pobreza (ODS 1)



O Índice de Progresso do ODS 1 no Norte é de 66,9%, ocupando a 8ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 65,8%.

A erradicação da pobreza no Norte, medida por indicadores de base local, tem mostrado resultados variados. Alguns indicadores evidenciam progressos significativos, enquanto outros ainda estão longe de atingir as metas estabelecidas. Destacam-se positivamente as medidas de proteção social, como o valor do subsídio de desemprego e o valor das pensões da segurança social, que já atingiram a meta para 2030. No entanto, outros indicadores apresentam atualmente um valor bastante aquém do objetivo, como o elevado número de beneficiários de subsídio de doença (apontado como uma fragilidade social) e a alta taxa de esforço no arrendamento de habitação.

A participação comunitária em projetos cofinanciados, expressa como proporção das despesas de capital das Câmaras Municipais, é um fator importante para a erradicação da pobreza, pois promove impactos multidimensionais na sociedade, como inclusão social e a competitividade. No Norte, este indicador encontra-se em cerca de metade do valor da meta para 2030, sugerindo a necessidade de intensificar o financiamento municipal com esses instrumentos para ampliar a eficácia na concretização deste ODS.

Quadro 3 – Os indicadores de base local do ODS 1 no Norte e em Portugal

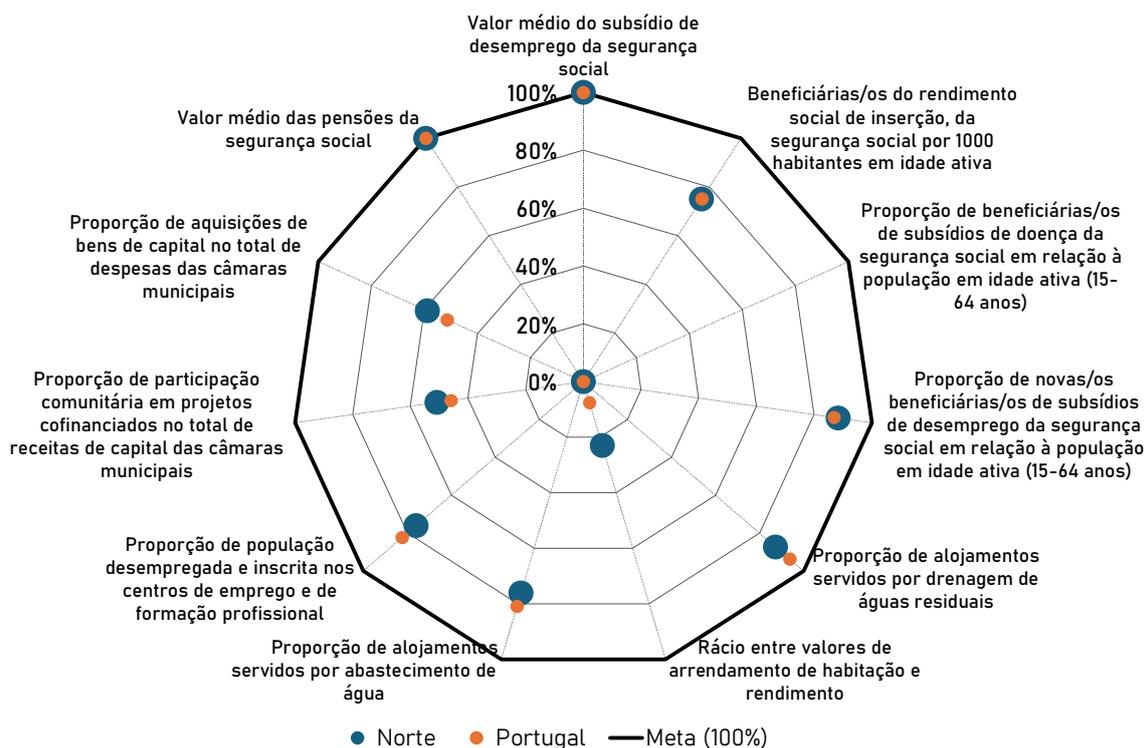
Indicadores do ODS 1 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social (€)	3146	3208	100%		3181	100%	
2 Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%)	16,1	28,9	75,1%		28,9	75,2%	
3 Proporção de beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)	4,6	13,7	0,0%		12,0	0,0%	
4 Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)	1,8	2,16	88,4%		2,21	86,9%	
5 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	90	82	87,3%		86	93,7%	
6 Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%) ¹	22	43	23,0%		47,2	7,6%	
7 Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)	100	95	76,2%		96	81,0%	
8 Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%)	3,2	5	76,0%		4,5	82,3%	
9 Proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais (%) ²	81,7	41,5	50,8%		37,5	45,9%	
10 Proporção de aquisições de bens de capital no total de despesas das câmaras municipais (%)	35,1	23,1	58,9%		20,9	51,4%	
11 Valor médio das pensões da segurança social (€)	5185	5738	100%		6184	100%	
T Valor agregado do ODS 1			66,9%			65,8%	

¹Neste indicador só há informação a partir de 2017.

²Dada a natureza plurianual deste indicador, o valor atual diz respeito ao valor médio do período (2015-20).

O progresso atual do Norte nos indicadores de base local do ODS 1 não é substancialmente diferente da situação nacional. Tanto os indicadores que já atingiram a meta no Norte, como aqueles que permanecem mais distantes são idênticos aos de Portugal. Neste quadro, os problemas no acesso à habitação e a elevada proporção de beneficiários de subsídios de doença são desafios que ultrapassam a dimensão local e regional. Em termos globais, o Índice de Progresso do ODS 1 de Portugal é de 65,8%, um valor ligeiramente inferior ao registado no Norte (66,9%).

Figura 5 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 1 (meta=100%)



Ao nível das NUTS III, de acordo com a informação mais recente, os Índices de Progresso do ODS 1 em todas as sub-regiões do Norte encontram-se dentro do mesmo intervalo sinalético (verde-claro). Isso indica que as assimetrias entre as sub-regiões relativamente à erradicação da pobreza apresentam uma amplitude moderada. Os Índices de Progresso mais elevados observam-se no Cávado (72,2%), Ave (72,1%) e Terras de Trás-os-Montes (71,8%), enquanto os mais reduzidos registam-se no Tâmega e Sousa (62,7%) e Área Metropolitana do Porto (64,8%).

Na escala micro, ao nível de cada indicador, observam-se diferenças mais acentuadas entre as sub-regiões do Norte. Os indicadores com maiores assimetrias são: (i) o rácio entre os custos de arrendamento e o valor do rendimento, (ii) os beneficiárias/os do rendimento social de inserção da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa, (iii) a proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional e (iv) o valor médio das pensões da segurança social.

No primeiro indicador mencionado anteriormente, as sub-regiões mais urbanas do Norte encontram-se numa situação mais vulnerável devido à subida mais acentuada do valor do arrendamento, enquanto nos outros três indicadores, os valores encontram-se mais distantes da meta nas sub-regiões de menor densidade populacional. O reduzido valor das pensões da segurança social nos territórios de menor densidade populacional é explicado, em parte, por rendimentos mais baixos e por um perfil de contribuintes mais envelhecidos e com um histórico de contribuições a partir de setores menos produtivos e informais, como é o caso da atividade agrícola.

Os indicadores com menores assimetrias ao nível das sub-regiões do Norte são os que têm uma forte componente de intervenção pública, designadamente, o valor do subsídio de desemprego, a contribuição comunitária para o investimento municipal, assim como o número de alojamentos servidos com tratamento de águas residuais e saneamento básico.

Quadro 4 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 1 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 1 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social (€)									
2 Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)									
3 Proporção de beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)									
4 Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)									
5 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)									
6 Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)									
7 Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)									
8 Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%)									
9 Proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais (%)									
10 Proporção de aquisições de bens de capital no total de despesas das câmaras municipais (%)									
11 Valor médio das pensões da segurança social (€)									
T Valor agregado do ODS 1									
	66,9%	64,9%	72,2%	72,1%	64,6%	68,1%	62,7%	63,4%	71,8%

2.2 Erradicar a fome (ODS 2)



O Índice de Progresso do ODS 2 no Norte é de 39,8%, ocupando a 16ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 45,9%.

Na monitorização de indicadores locais do ODS 2, apenas estão disponíveis quatro indicadores, todos vinculados à atividade do setor primário. Dada a limitação de informação à escala municipal não se avaliam outras dimensões importantes para a erradicação da pobreza, como a subalimentação, a insegurança alimentar, a prevalência de desnutrição em crianças e a reação dos territórios a choques alimentares.

Neste contexto, a maioria dos indicadores de base local no Norte estava muito longe do valor previsto para 2030. A única exceção é a proporção de superfície agrícola candidata a apoios em zonas desfavorecidas, que atingiu um Índice de Progresso de 76,2%. Os indicadores mais distantes da meta são a proporção de superfície agrícola destinada à agricultura biológica, bem como a proporção da superfície agrícola candidata a apoios para a pequena agricultura.

Quadro 5 – Os indicadores de base local do ODS 2 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 2 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para pequena agricultura (%)	35,2	8,4	23,1%		2,5	6,2%	
2 Valor Acrescentado Bruto por trabalhador na agricultura, produção animal, caça, florestas e pescas	15143	7436	41,7%		12386	79,2%	
3 Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção em zonas desfavorecidas (%)	96,1	73,3	76,2%		72,0	74,8%	
4 Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção de agricultura biológica (%)	25,0	4,57	18,1%		6,0	23,7%	
T Valor agregado do ODS 2			39,8%			45,9%	

O Índice de Progresso do ODS 2 em Portugal é de 45,9%, enquanto no Norte é de 39,8%. Essa diferença reflete, em grande medida, os distintos níveis de produtividade do trabalho no setor primário entre os territórios. Em 2022, o valor nacional desse indicador foi de 12 386 €, um registo 66,6% superior ao do Norte, onde a produtividade foi de 7 436 €.

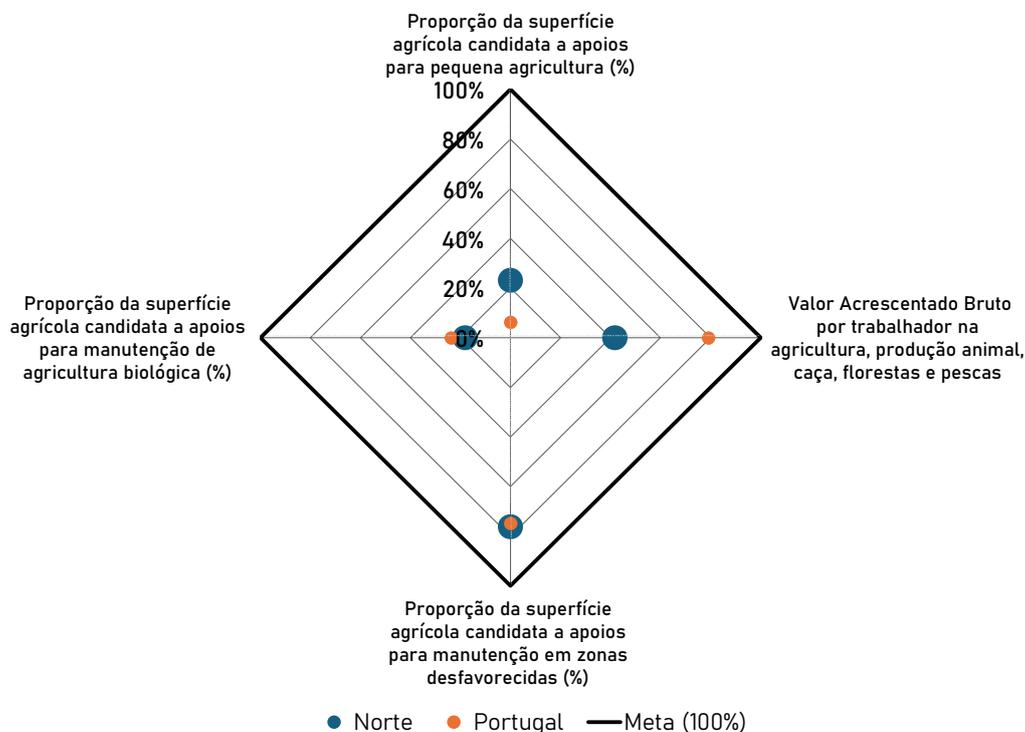
Ao nível das NUTS III, os dados mais recentes revelam que o Índice de Progresso do ODS 2 apresenta assimetrias maiores do que as observadas no ODS 1. As sub-regiões do Norte com os índices mais elevados são o Douro (44,6%), o Alto Minho (43%) e o Cávado (37,8%), enquanto os menores valores encontram-se no Alto Tâmega e Barroso (27,8%) e Área Metropolitana do Porto (29,5%).

Em termos de indicadores, as diferenças mais acentuadas entre as sub-regiões do Norte encontram-se na produtividade do trabalho do setor primário e na proporção de superfície agrícola candidata a apoios para a manutenção em zonas desfavorecidas.

No primeiro indicador mencionado, sub-regiões mais rurais, como Terras de Trás-os-Montes, Douro e Alto Tâmega e Barroso, apresentam níveis de produtividade no setor primário inferiores aos das sub-regiões mais urbanas, como a Área Metropolitana do Porto, Cávado e Ave. Como a produtividade do setor primário está

diretamente ligada aos rendimentos das famílias que dependem dessa atividade, baixos níveis podem perpetuar situações de maior vulnerabilidade social nas áreas rurais, dificultando o acesso a rendimentos adequados e oportunidades de melhoria de vida.

Figura 6 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 2 (meta=100%)



Quadro 6 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 2 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 2 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1. Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para pequena agricultura (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2. Valor Acrescentado Bruto por trabalhador na agricultura, produção animal, caça, florestas e pescas	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3. Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção em zonas desfavorecidas (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
4. Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção de agricultura biológica (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 2	39,8%	43,0%	37,8%	32,1%	29,5%	27,8%	31,9%	44,6%	35,9%

2.3 Saúde de qualidade (ODS 3)



O Índice de Progresso do ODS 3 do Norte é de 73,4%, ocupando a 4ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 68,2%.

A maioria dos indicadores de base local de saúde do Norte apresenta resultados positivos. Do lado dos recursos humanos alocados ao setor da saúde, destaca-se o número de médicas/os por 1000 habitantes, que já atingiu a meta prevista para 2030. Ao mesmo tempo, as taxas de mortalidade por tipologias de doença também mostram um desempenho positivo, com Índices de Progresso acima de 75% na maior parte dos casos.

Os indicadores de saúde com pior desempenho (valores mais distantes da meta) incluem o número de farmácias e postos de saúde móvel por 100 habitantes, com um Índice de Progresso de apenas 14,3% no Norte, e os óbitos por envenenamento acidental, com 47,2%.

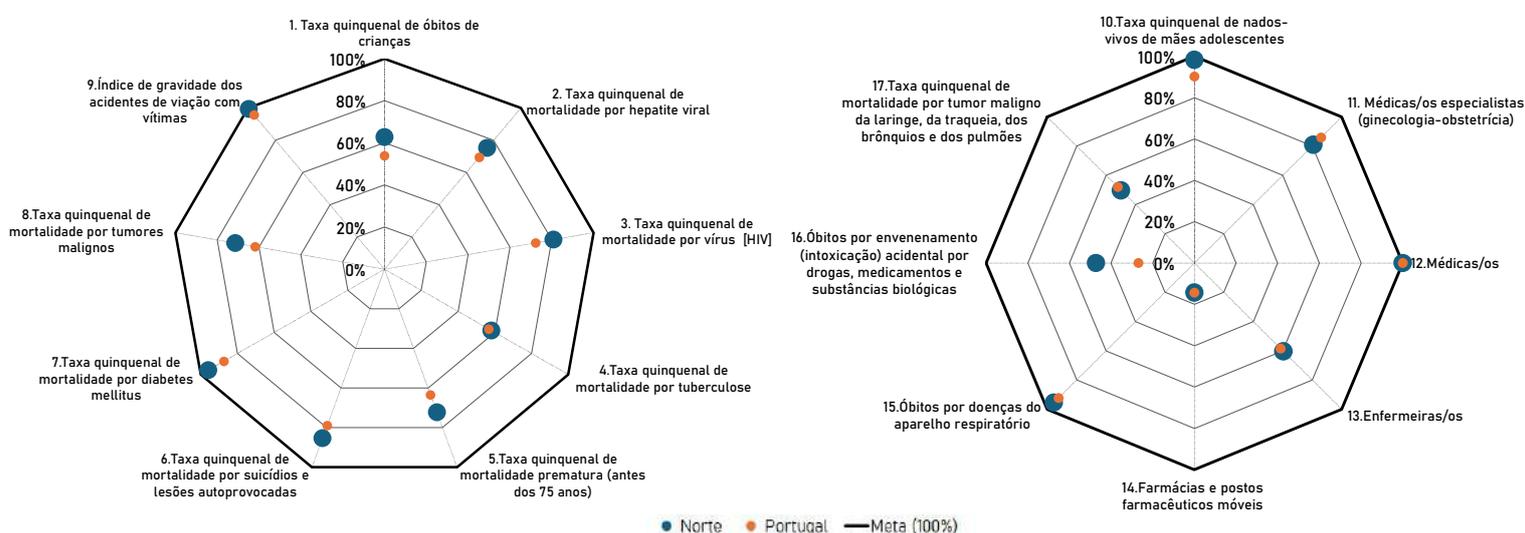
Quadro 7 – Os indicadores de base local do ODS 3 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 3 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Taxa quinquenal de óbitos de crianças (0 a 4 anos) por mil nados-vivos (‰)	0	2,8	62,8%		3,4	53,9%	
2 Taxa quinquenal de mortalidade por hepatite viral, padronizada por 100 mil habitantes	0	0,7	75,3%		0,9	69,4%	
3 Taxa quinquenal de mortalidade por vírus da imunodeficiência humana [HIV], padronizada por 100 mil habitantes	0	1,7	80,9%		2,4	72,3%	
4 Taxa quinquenal de mortalidade por tuberculose, padronizada por 100 mil habitantes	0	1,67	58,2%		1,73	56,8%	
5 Taxa quinquenal de mortalidade prematura (antes dos 75 anos) padronizada por 100 mil habitantes	251	304	72,3%		320	63,5%	
6 Taxa quinquenal de mortalidade por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente, padronizada por 100 mil habitantes	2	7,1	85,4%		9,3	79,0%	
7 Taxa quinquenal de mortalidade por diabetes mellitus, padronizada por 100 mil habitantes	27,1	30,7	95,8%		37,9	87,4%	
8 Taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos (‰)	1,8	2,4	71,4%		2,6	61,9%	
9 Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (nº)	1,4	1,5	99,5%		1,8	95,6%	
10 Taxa quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%)	1,4	1,5	98,3%		2,0	90,3%	
11 Médicas/os especialistas (ginecologia-obstetrícia) por 10 mil mulheres em idade fértil (15-49 anos) (nº)	9,9	8	80,9%		8,5	86,0%	
12 Médicas/os por 1000 habitantes (nº)	5,7	6	100%		5,8	100%	
13 Enfermeiras/os por 1000 habitantes por local de trabalho (nº)	12,3	8,1	60,4%		7,9	58,5%	
14 Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (nº)	0,9	0,3	14,3%		0,3	14,3%	
15 Óbitos por doenças do aparelho respiratório, por 100 000 habitantes	78,6	90,5	95,4%		98,4	92,3%	
16 Óbitos por envenenamento (intoxicação) acidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas por 100 000 habitantes (nº)	0	1,1	47,2%		1,5	26,9%	
17 Taxa quinquenal de mortalidade por tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões, padronizada por 100 mil habitantes	23,7	45,2	49,8%		44,2	52,1%	
T Valor agregado do ODS 3			73,4%			68,2%	

No contexto nacional, o Norte apresenta melhores resultados do que Portugal na maioria dos indicadores. Isso é evidenciado pelo Índice de Progresso do ODS 3: o Norte tem 73,4%, enquanto Portugal apresenta 68,2%. Essa vantagem reflete-se em alguns pontos:

- **Taxas de Mortalidade:** O Norte tem Índices de Progresso superiores em taxas de mortalidade por algumas doenças específicas, como diabetes *mellitus* (95,8% no Norte vs. 87,4% em Portugal) e suicídios (85,4% no Norte vs. 79,0% em Portugal).
- **Recursos Humanos na Saúde:** O Norte já atingiu a meta no número de médicas/os por 1000 habitantes, assim como Portugal, mas apresenta resultados relativamente satisfatórios em outros indicadores de cobertura, como enfermeiras/os por 1000 habitantes.
- **Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil:** O Índice de Progresso do Norte (62,8%) é superior ao de Portugal (53,9%), indicando uma melhor situação no cuidado infantil.

Figura 7 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 3 (meta=100%)¹



Ao nível das NUTS III, a maioria das sub-regiões do Norte apresenta um Índice de Progresso do ODS 3 com sinalética verde-clara (entre 60% e 79,9%). As duas exceções são as sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes e Douro, que se encontram num intervalo inferior, com índices de 58,7% e 59,7%, respetivamente.

As principais assimetrias de desenvolvimento entre as sub-regiões do Norte encontram-se nos seguintes indicadores do ODS 3:

- taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos;
- médicas/os especialistas (ginecologia-obstetrícia) por 10 mil mulheres em idade fértil.

Em ambos os indicadores, as sub-regiões com territórios de menor densidade populacional (Douro, Alto Tâmega e Barroso e Terras de Trás-os-Montes) apresentam valores mais distantes da meta. Estes dados sugerem que estas sub-regiões enfrentam maiores desafios no acesso a estes tipos de cuidados de saúde.

As menores assimetrias sub-regionais do Norte observam-se em indicadores de mortalidade infantil, mortalidade por HIV, mortalidade por tuberculose e mortalidade por suicídio.

¹ As denominações dos indicadores estão numa versão reduzida. Para a denominação completa deve-se consultar o quadro anterior.

Quadro 8 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 3 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 3 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Taxa quinquenal de óbitos de crianças (0 a 4 anos) por mil nados-vivos (‰)									
2 Taxa quinquenal de mortalidade por hepatite viral, padronizada por 100 mil habitantes									
3 Taxa quinquenal de mortalidade por vírus da imunodeficiência humana [HIV], padronizada por 100 mil habitantes									
4 Taxa quinquenal de mortalidade por tuberculose, padronizada por 100 mil habitantes									
5 Taxa quinquenal de mortalidade prematura (antes dos 75 anos) padronizada por 100 mil habitantes									
6 Taxa quinquenal de mortalidade por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente, padronizada por 100 mil habitantes									
7 Taxa quinquenal de mortalidade por diabetes mellitus, padronizada por 100 mil habitantes									
8 Taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos (‰)									
9 Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (nº)									
10 Taxa quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%)									
11 Médicas/os especialistas (ginecologia-obstetrícia) por 10 mil mulheres em idade fértil (15-49 anos)									
12 Médicas/os por 1000 habitantes (nº)									
13 Enfermeiras/os por 1000 habitantes por local de trabalho (nº)									
14 Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (nº)									
15 Óbitos por doenças do aparelho respiratório, por 100 000 habitantes (nº)									
16 Óbitos por envenenamento (intoxicação) accidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas por 100 000 habitantes									
17 Taxa quinquenal de mortalidade por tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões, padronizada por 100 mil habitantes									
T Valor agregado do ODS 3									
	73,4%	65,6%	79,6%	73,9%	71,8%	60,6%	67,0%	59,7%	58,7%

2.4 Educação de qualidade (ODS 4)



O Índice de Progresso do ODS 4 do Norte é de 89,4%, ocupando o 1º lugar entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 85,4%.

O Norte já alcançou as metas de 2030 na maioria dos indicadores locais de educação – sete de um total de 10. Entre os indicadores que atingiram as metas, destacam-se todas as taxas brutas de escolarização no ensino não superior, abrangendo os níveis pré-escolar, básico e secundário, além de métricas sobre a relação entre o número de alunos e a disponibilidade de computadores, incluindo os ligados à internet. Em contrapartida, o indicador de educação com um pior desempenho é a proporção de indivíduos com 18 ou mais anos que participaram em cursos de educação e formação para adultos, que apresenta um Índice de Progresso de 27%, encontrando-se assim bastante distante da meta.

O baixo índice de participação em cursos de educação e formação para adultos aponta para desafios significativos na aprendizagem ao longo da vida, limitando a capacidade de adaptação da população às mudanças tecnológicas e exigências do mercado, afetando a competitividade regional e dificultando a inclusão no mercado de trabalho.

Promover a aprendizagem ao longo da vida é crucial para fortalecer a resiliência económica da Região e tornar a força de trabalho mais qualificada e flexível perante as transformações económicas e tecnológicas.

Quadro 9 – Os indicadores de base local do ODS 4 no Norte e em Portugal

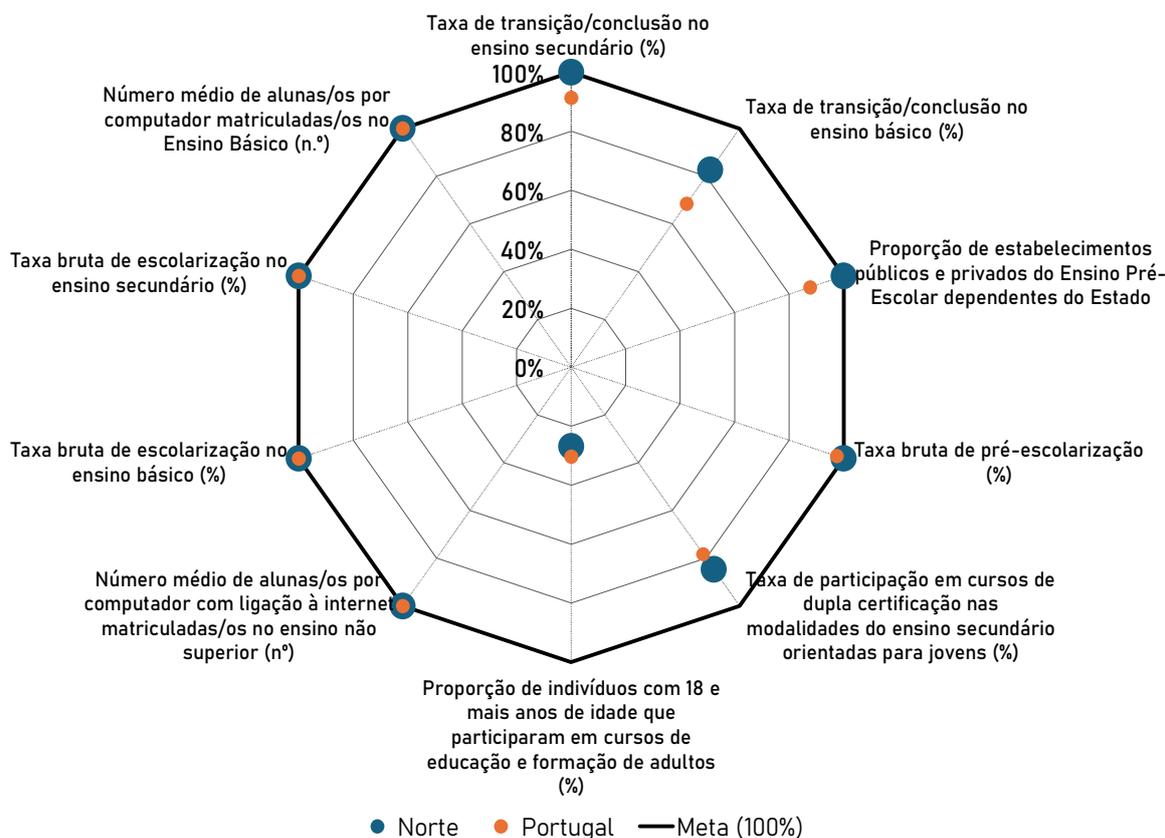
Indicadores do ODS 4 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)	91,6	93,7	100%		90,2	91,3%	
2 Taxa de transição/conclusão no ensino básico (%)	100	97,9	83%		96,2	68,6%	
3 Proporção de estabelecimentos públicos e privados do Ensino Pré-Escolar dependentes do Estado	85	87,7	100%		83,3	87,7%	
4 Taxa bruta de pré-escolarização (%)	100	100,4	100%		99,4	97,5%	
5 Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%)	45	41	85%		39	78,3%	
6 Proporção de indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (%)	1	0,3	27%		0,4	30,3%	
7 Número médio de alunas/os por computador com ligação à internet matriculadas/os no ensino não superior (n.º) ¹	1,5	1,2	100%		1,2	100%	
8 Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	100	109,3	100%		112	100%	
9 Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	100	127,3	100%		126,8	100%	
10 Número médio de alunas/os por computador matriculadas/os no Ensino Básico (n.º) ¹	1,7	1,1	100%		1,1	100%	
T Valor agregado do ODS 4			89,4%			85,4%	

¹ Apenas existe informação para Portugal Continental.

Apesar das pequenas diferenças, os indicadores de base local do ODS 4 no Norte são melhores do que os registados em Portugal, o que se reflete no Índice de Progresso (89,4% na Região e 85,4% na média nacional), bem como no número de indicadores que já atingiram a meta (7 no Norte face a 4 no País). Porém, ambos

territórios têm importantes desafios para a promoção da aprendizagem ao longo da vida, tendo em conta os baixos Índices de Progresso relativamente à meta (30,3% em Portugal e 27% no Norte).

Figura 8 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 4



Todas as sub-regiões do Norte apresentam um Índice de Progresso do ODS 4 compreendido no mesmo intervalo representado pela sinalética verde-escuro, o que representa um muito bom desempenho. Os valores mais elevados são observados nas sub-regiões do Tâmega e Sousa (93,2%), Terras de Trás-os-Montes (90%) e Alto Minho (89,8%), enquanto os menores registam-se na Área Metropolitana do Porto (85,3%) e Douro (85,9%). Este é o ODS com menor disparidade entre as sub-regiões, indicando uma maior uniformidade no progresso em comparação aos demais analisados.

No entanto, alguns indicadores apresentam disparidades sub-regionais mais pronunciadas, como a taxa de participação em cursos de dupla certificação no ensino secundário (%) e a proporção de indivíduos com 18 anos ou mais que participaram em cursos de educação e formação de adultos (%).

As maiores assimetrias nas áreas de formação e aprendizagem ao longo da vida, que decorrem predominantemente de escolhas individuais, contrastam com a equidade observada nas taxas de escolarização e na disponibilização de equipamentos e meios tecnológicos, que resultam sobretudo de escolhas coletivas. Neste quadro, com menores assimetrias, todas as sub-regiões do Norte já alcançaram a meta em indicadores cruciais como:

- (i) a taxa de transição/conclusão no ensino secundário;
- (ii) o número médio de alunos por computador com ligação à internet no ensino não superior;
- (iii) a taxa bruta de escolarização no ensino básico;
- (iv) a taxa bruta de escolarização no ensino secundário;
- (v) o número médio de alunos por computador no ensino básico.

Quadro 10 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 4 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 4 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)									
2 Taxa de transição/conclusão no ensino básico (%)									
3 Proporção de estabelecimentos públicos e privados do Ensino Pré-Escolar dependentes do Estado									
4 Taxa bruta de pré-escolarização (%)									
5 Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%)									
6 Proporção de indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (%)									
7 Número médio de alunas/os por computador com ligação à internet matriculadas/os no ensino não superior (n.º)									
8 Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)									
9 Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)									
10 Número médio de alunas/os por computador matriculadas/os no Ensino Básico (n.º)									
T Valor agregado do ODS 4									
	89,4%	89,8%	87,6%	87,4%	85,3%	87,5%	93,2%	85,9%	90,0%

2.5 Igualdade de género (ODS 5)



O Índice de Progresso do ODS 5 do Norte é de 37,3%, ocupando a 17ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 33,2%.

O número de indicadores de base local para caracterizar o progresso do ODS 5 é de apenas três. Este número não permite uma monitorização mais ampla e deixa de fora domínios importantes da igualdade de género, como por exemplo, a participação política, a ocupação de cargos de topo e o acesso às TIC.

Em todo o caso, com base nos indicadores disponíveis à escala municipal, as distâncias em relação às metas são significativas no Norte. O indicador com pior desempenho observa-se na relação entre a duração da licença parental inicial do pai face à da mãe, que está muito aquém do objetivo de equidade, apresentando um Índice de Progresso de apenas 17,5%. A violência doméstica também é uma questão crítica, com um Índice de Progresso de 38,6% no Norte.

A disparidade no ganho médio mensal entre sexos referente à população empregada por conta de outrem é o indicador menos negativo entre os considerados nesta análise. No Norte, essa disparidade, medida pelo coeficiente de variação, é de 8,4%, que compara com uma meta estabelecida de apenas 2,4%. Em resultado destes valores, o Índice de Progresso foi calculado em 56%, o maior entre os três considerados neste ODS.

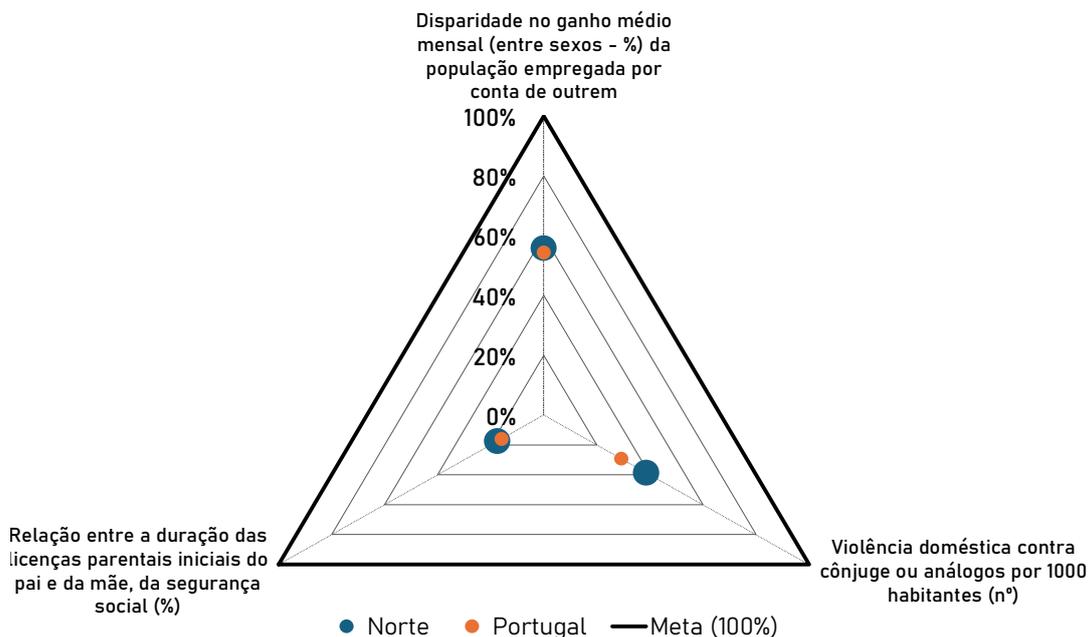
A situação atual do Norte e de Portugal no cumprimento das metas do ODS 5 não é muito diferente. As menores assimetrias entre os dois territórios registam-se na disparidade no ganho mensal entre sexos e na relação entre a duração das licenças parentais iniciais dos pais e das mães, dois problemas socioeconómicos que ultrapassam o âmbito regional.

Neste quadro, os desafios futuros para o progresso do ODS 5 no Norte e em Portugal incluem reduzir as disparidades em áreas como a duração das licenças parentais entre homens e mulheres e no combate à violência doméstica. Apesar do problema não ser tão preocupante como os anteriores, será essencial também avançar na redução da disparidade salarial, promovendo um ambiente que favoreça a equidade no mercado de trabalho e incentive a ocupação de cargos de liderança por mulheres.

Quadro 11 – Os indicadores de base local do ODS 5 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 5 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem	2,4	8,4	56%	●	8,6	54%	●
2 Violência doméstica contra cônjuge ou análogos por 1000 habitantes (nº)	0	2,1	38,6%	●	2,5	29,2%	●
3 Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social (%)	100	29,1	17,5%	●	27,7	15,9%	●
T Valor agregado do ODS 5			37,3%	●		33,2%	●

Figura 9 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 5



As sub-regiões do Norte apresentam Índices de Progresso diferentes no cumprimento das metas estabelecidas para o ODS 5, no entanto nenhuma consegue superar um nível mediano de desenvolvimento, sinalizado pela cor cinzenta. Os valores mais elevados observam-se em Terras de Trás-os-Montes (53,1%), Douro (45,6%) e Tâmega e Sousa (45,1%), enquanto os menores situam-se na Área Metropolitana do Porto (35,2%) e Alto Minho (38,5%).

O indicador que tem o melhor desempenho em todas as sub-regiões do Norte é o da disparidade no ganho médio mensal entre sexos, com destaque para o Douro e de Terras de Trás-os-Montes neste domínio. Em contraste, o indicador com piores resultados em todas as sub-regiões diz respeito à duração da licença parental inicial do pai face à da mãe.

Quadro 12 – Índice de progresso dos indicadores de base local do ODS 5 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 5 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Violência doméstica contra cônjuge ou análogos por 1000 habitantes (nº)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 5	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	37,3%	38,5%	39,0%	39,5%	35,2%	39,4%	45,1%	45,6%	53,1%

2.6 Água potável e saneamento (ODS 6)



O Índice de Progresso do ODS 6 do Norte é de 75,4%, ocupando a 3ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 78,9%.

Os seis indicadores de base local utilizados para medir o progresso do ODS 6 retratam uma situação positiva no Norte. Atualmente, dois indicadores já alcançaram as metas definidas para 2030, designadamente, a proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água² e a água segura.

Os indicadores do ODS 6 do Norte com os valores mais distantes da meta eram a proporção da área das massas de águas superficiais com estado global "bom e superior" e a proporção da superfície agrícola candidata a apoios para uso eficiente da água na agricultura, com Índices de Progresso de 57,4% e 21,3%, respetivamente.

Os indicadores do ODS 6 no Norte são, em grande medida, semelhantes aos registados a nível nacional, com uma exceção importante: a proporção de superfície agrícola candidata a apoios para uso eficiente da água. Em Portugal, esse indicador alcança um Índice de Progresso de 44,3%, enquanto no Norte o valor é de apenas 21,3%.

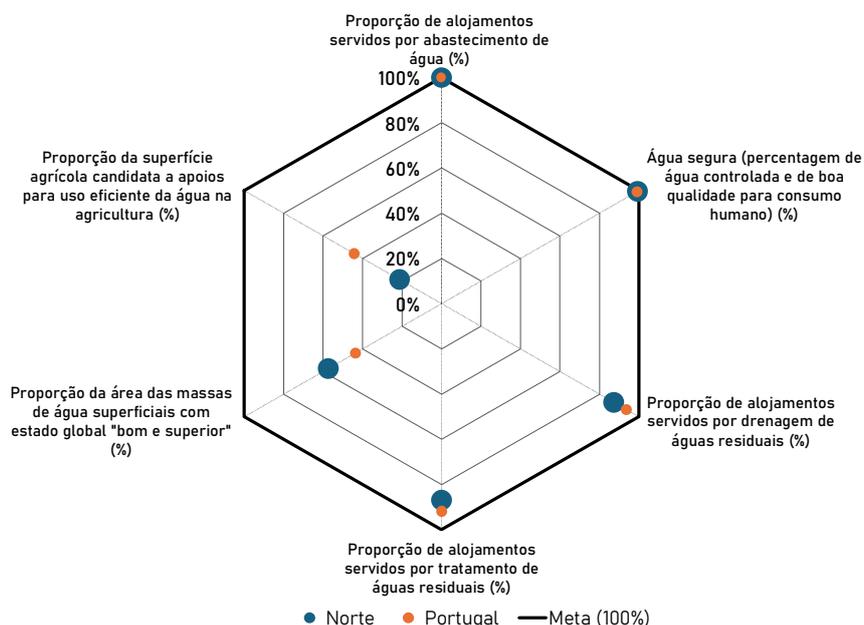
Quadro 13 – Os indicadores de base local do ODS 6 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 6 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%) ¹	95	95	100,0%		96	100%	
2 Água segura (percentagem de água controlada e de boa qualidade para consumo humano) (%)	99	99	100,0%		99	100%	
3 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%) ¹	90	82	87,3%		86	93,7%	
4 Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%) ¹	90	82	86,9%		85	92%	
5 Proporção da área das massas de água superficiais com estado global "bom e superior" (%) ¹	86,8	49,8	57,4%		37,9	43,7%	
6 Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para uso eficiente da água na agricultura (%)	12,8	2,8	21,3%		5,7	44,3%	
T Valor agregado do ODS 6			75,4%			78,9%	

¹ Para este indicador não se dispõe do valor para Portugal, pelo que foi utilizado o valor para o Continente.

² Importa esclarecer que este indicador já tinha sido utilizado no ODS 1 – Erradicação da Pobreza – com uma meta para 2030 mais ambiciosa (100) do que a utilizada no ODS 6, cujo valor é de 95. É possível o mesmo indicador ter metas distintas em diferentes ODS, refletindo a maior ou menor importância normativa que esse indicador tem para a concretização de cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 10 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 6



O Índice de Progresso do ODS 6 evidencia diferenças entre as sub-regiões do Norte. Embora a maioria apresente sinalética verde-claro, indicando um bom desempenho, algumas sub-regiões enfrentam maiores desafios. A situação mais desfavorável é a da sub-região do Tâmega e Sousa, com o menor Índice de Progresso (50,1%), devido sobretudo aos baixos níveis de abastecimento de água e drenagem de águas residuais. No outro extremo, com um desempenho elevado, destaca-se a sub-região de Terras de Trás-os-Montes (85,1%).

Ao nível dos indicadores, a situação mais preocupante em todas as sub-regiões do Norte diz respeito à proporção da superfície agrícola com candidaturas a apoios para o uso eficiente da água, que apresenta valores bastante inferiores aos estabelecidos na meta para 2030.

Quadro 14 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 6 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 6 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	🎯	🎯	🎯	🎯	🎯	🎯	🔴	🎯	🎯
2 Água segura (percentagem de água controlada e de boa qualidade para consumo humano)	🎯	🟢	🟢	🟢	🎯	🟢	🎯	🎯	🎯
3 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	🟢	🟢	🟢	🟢	🎯	🟢	🔴	🟢	🎯
4 Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais	🟢	🟢	🟢	🟢	🎯	🎯	🔴	🟢	🟢
5 Proporção da área das massas de água superficiais com estado global "bom e superior"	🔴	🟢	🔴	🔴	🔴	🟢	🔴	🔴	🟢
6 Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para uso eficiente da água na agricultura	🔴	🔴	🔴	🔴	🔴	🔴	🔴	🔴	🔴
T Valor agregado do ODS 6	75,4%	64,1%	73,8%	66,6%	71,9%	72,0%	50,1%	75,7%	85,1%

2.7 Energias renováveis e acessíveis (ODS 7)



O Índice de Progresso do ODS 7 do Norte é de 71,2%, ocupando a 5ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 64,9%.

Em termos globais, os cinco indicadores de base local utilizados para medir o progresso do ODS 7 refletem uma situação positiva no Norte. Destacam-se favoravelmente os indicadores *per capita* no consumo de energia elétrica para a iluminação de vias públicas e para a iluminação interior de edifícios do Estado, com Índices de Progresso de 100% e 86,6%, respetivamente. Em contrapartida, o indicador mais distante da meta é o consumo doméstico de energia elétrica por habitante, que se situa a menos de metade do caminho.

Os cinco indicadores do ODS 7 mostram um desempenho superior do Norte face à média nacional, embora com diferenças geralmente pouco expressivas. A maior disparidade surge na proporção de edifícios com certificação energética entre as classes A e C, em que o Índice de Progresso do Norte atinge 54,6%, face aos 38,9% de Portugal. Não obstante o melhor desempenho da Região neste indicador, os níveis reduzidos de eficiência energética em ambos os casos permanecem um obstáculo importante na transição para uma sociedade mais sustentável.

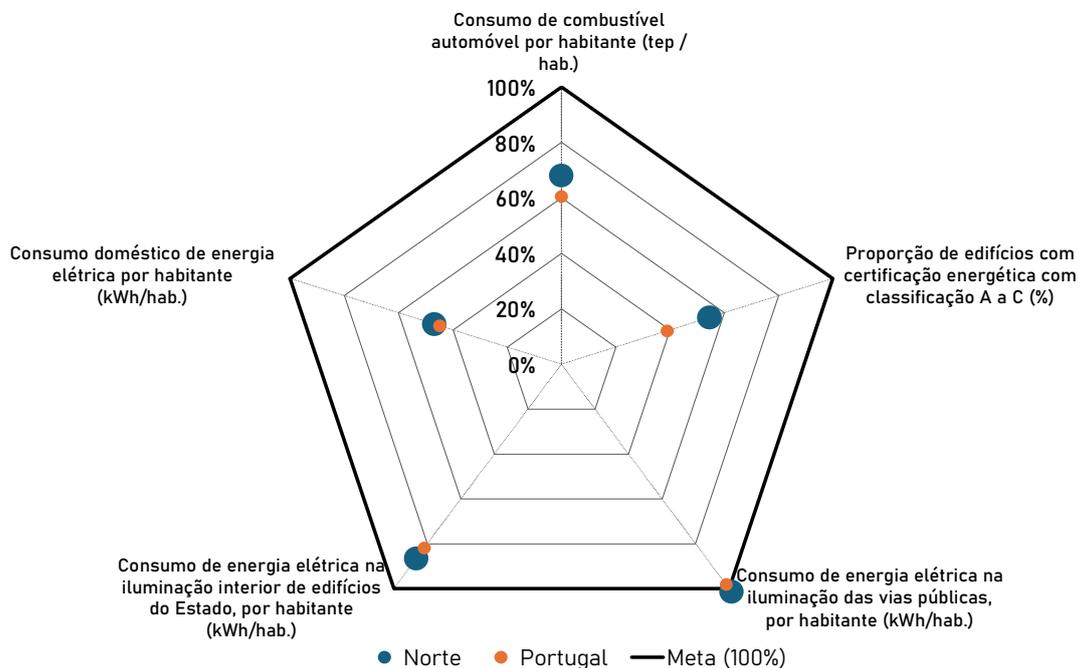
Quadro 15 – Os indicadores de base local do ODS 7 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 7 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Consumo de combustível automóvel por habitante (tep / hab.)	0,1	0,5	68,0%		0,6	60,5%	
2 Proporção de edifícios com certificação energética com classificação A a C (%)	64,0	45,4	54,5%		39	38,9%	
3 Consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas, por habitante (kWh/hab.)	92,7	88,8	100%		98	98,2%	
4 Consumo de energia elétrica na iluminação interior de edifícios do Estado, por habitante (kWh/hab.)	67,8	114,8	86,6%		130,9	81,9%	
5 Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.)	942	1313	46,9%		1327	44,9%	
T Valor agregado do ODS 7			71,2%			64,9%	

Os Índices de Progresso do ODS 7 da maioria das sub-regiões do Norte situa-se no intervalo sinalético verde-claro, indicativo de um bom desempenho em termos globais, destacando-se neste grupo os valores no Ave (79%), Cávado (77,7%) e Tâmega e Sousa (73,6%).

As exceções menos favoráveis registam-se nas sub-região de Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e Barroso e Douro, que apresentam Índices de Progresso de 54,1%, 58,0% e 61,1% respetivamente. Como estes territórios têm menor densidade populacional, apresentam menor eficiência *per capita* no consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas e no interior de edifícios do Estado, o que prejudica os seus resultados globais neste ODS.

Figura 11 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 7



Quadro 16 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 7 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 7 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Consumo de combustível automóvel por habitante (tep / hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Proporção de edifícios com certificação energética com classificação A a C (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas, por habitante (kWh/hab.)	🎯	●	●	🎯	🎯	●	🎯	●	●
4 Consumo de energia elétrica na iluminação interior de edifícios do Estado, por habitante (kWh/hab.)	●	●	●	🎯	●	●	●	●	●
5 Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 7	71,2%	71,4%	77,7%	79,0%	70,4%	58,0%	73,6%	61,1%	54,1%

2.8 Trabalho digno e crescimento económico (ODS 8)



O Índice de Progresso do ODS 8 do Norte é de 54,6%, ocupando a 13ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 59,5%.

Os doze indicadores de base local para a monitorização do ODS 8 revelam diferenças significativas na Região, destacando os desafios socioeconómicos enfrentados pelo Norte neste objetivo. Nos indicadores de rendimento utilizados neste ODS – rendimento bruto e ganho médio mensal – o Norte apresenta bons Índices de Progresso, de 80,4% e 75,6%, respetivamente, situando-se, no entanto, abaixo da média nacional.

Os melhores indicadores do Norte dizem respeito à participação da força laboral no mercado de trabalho, com o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos com 15 anos ou mais anos a atingir um Índice de Progresso de 88,5% face à meta estabelecida. Em contrapartida, os indicadores mais distantes do objetivo são os relacionados com a dimensão cultural e com a oferta de serviços financeiros. Em alguns deles, a sinalética é de cor vermelha, identificando níveis de progresso muito fracos (inferiores a 25%).

Quadro 17 – Os indicadores de base local do ODS 8 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 8 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Índice de renovação da população em idade activa (n.º) ¹	83,7	67,4	61,7%		69,4	66,4%	
2 Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante em relação ao valor nacional (%)	100	92,3	80,4%		100	100%	
3 Taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem (%) ²	3,4	0,1	53,5%		0,0	52,1%	
4 Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por 100 indivíduos residentes com 15 ou mais anos	49,9	46,4	88,5%		46,6	89,3%	
5 Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)	1,8	2,17	88,1%		2,2	86,5%	
6 Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem	2,4	8,4	55,9%		8,6	54,4%	
7 Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%)	100	92,0	75,6%		100	100%	
8 Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo (%) ¹	79,6	71,8	68%		68,5	54,1%	
9 Museus por 10 mil habitantes	1,8	0,3	16,6%		0,4	22,4%	
10 Visitantes de museus por habitante (nº)	3,3	1,4	42,4%		1,5	45,5%	
11 Estabelecimentos de outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) por 10.000 habitantes (n.º)	11,6	3,0	0%		3,4	3,5%	
12 Caixas multibanco por 10.000 habitantes (nº)	19,3	9,9	24,8%		11,8	40%	
T Valor agregado do ODS 8			54,6%			59,5%	

¹ O valor de Portugal resulta da média dos valores dos municípios.

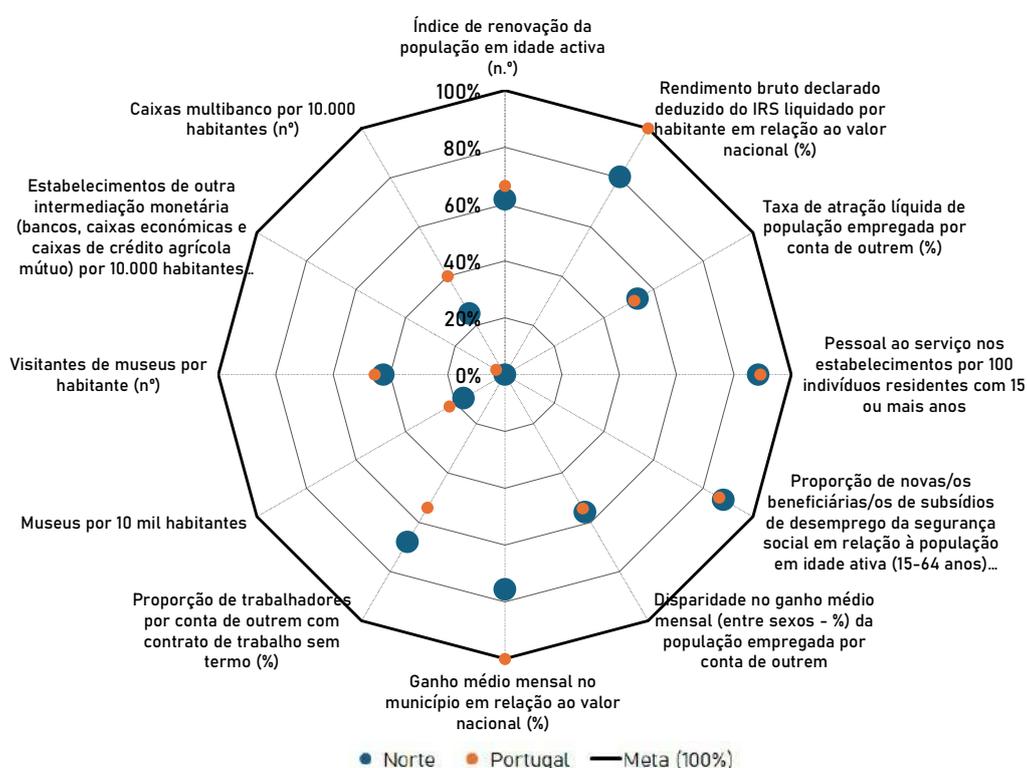
² Para este indicador não se dispõe do valor para Portugal, pelo que foi utilizado o valor para o Continente.

O nível de desenvolvimento do ODS 8 em Portugal está num patamar superior ao do Norte, embora a diferença não seja muito acentuada quando avaliada globalmente. O Índice de Progresso é de 59,5% no País, em comparação com 54,6% na Região.

No entanto, existem disparidades mais significativas ao nível dos indicadores, refletindo distintos contextos económicos. As maiores diferenças, que desfavorecem o Norte, estão no rendimento bruto declarado após a dedução do IRS por habitante, no ganho médio mensal, bem como na quantidade de caixas de multibanco por habitante.

Em contrapartida, a situação do Norte é mais favorável em relação ao País na estabilidade laboral, medida pela proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo. Ainda assim, o Índice de Progresso deste indicador do Norte não é muito elevado (68%), mas compara com 54,1% em Portugal.

Figura 12 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 8



O Índice de Progresso agregado do ODS 8 na maioria das sub-regiões do Norte situa-se num patamar de desenvolvimento mediano, indicado pela cor cinzenta – valores entre 40% e 59,9%. Dentro desse grupo, os menores Índices de Progresso estão no Alto Tâmega e Barroso (43,9%) e Tâmega e Sousa (44,1%). A exceção é a Área Metropolitana do Porto, que, embora próxima às demais sub-regiões, apresenta um Índice de 61,6%, posicionando-se no patamar seguinte.

Nos indicadores específicos destacam-se diferenças mais acentuadas do que em termos agregados. Nos de rendimento e de participação no mercado de trabalho, as sub-regiões mais urbanas, com exceção do Tâmega e Sousa, apresentam valores superiores aos das sub-regiões de menor densidade populacional. Em contraste, indicadores de trabalho digno, como as diferenças salariais entre os sexos e a estabilidade laboral, revelam uma situação inversa, com valores ligeiramente mais elevados nos territórios menos densamente povoados.

Nos indicadores de cultura e de serviços financeiros, os valores atuais encontram-se bastante distantes das metas definidas para 2030 na maioria das sub-regiões do Norte, uma situação que exige o reforço de uma estratégia regional integrada para o desenvolvimento destes domínios.

Quadro 18 – Índice de Progresso dos indicadores de base local do ODS 8 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 8 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Índice de renovação da população em idade ativa (n.º)									
2 Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante em relação ao valor nacional (%)									
3 Taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem (%)									
4 Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por 100 indivíduos residentes com 15 ou mais anos									
5 Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)									
6 Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos %) da população empregada por conta de outrem									
7 Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%)									
8 Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo (%)									
9 Museus por 10 mil habitantes									
10 Visitantes de museus por habitante (nº)									
11 Estabelecimentos de outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) por 10.000 habitantes (n.º)									
12 Caixas multibanco por 10.000 habitantes (nº)									
T Valor agregado do ODS 8									
	54,6%	50,8%	54,9%	52,7%	61,6%	43,9%	44,1%	53,5%	55,8%

2.9 Indústria, inovação e infraestruturas (ODS 9)



O Índice de Progresso do ODS 9 do Norte é de 67,5%, ocupando a 7ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 68,0%.

A monitorização dos indicadores locais do ODS 9 concentra-se especialmente nos pilares da inovação e das infraestruturas TIC, enquanto a dimensão industrial permanece sub-representada. Entre os principais pontos fortes do Norte, três dos sete indicadores já alcançaram a meta definida para 2030, nomeadamente, o número de investigadores em tempo integral em instituições e empresas, a despesa em investigação e desenvolvimento e o número de acessos à internet de banda larga em local fixo, todos medidos *per capita*.

No entanto, alguns indicadores ainda estão distantes da meta estabelecida, com destaque para as despesas dos municípios em ambiente por habitante e a proporção de pessoas coletivas e entidades comparáveis constituídas em consultoria, atividades científicas, técnicas e similares, com Índices de Progresso de 19,2% e 42,5% respetivamente.

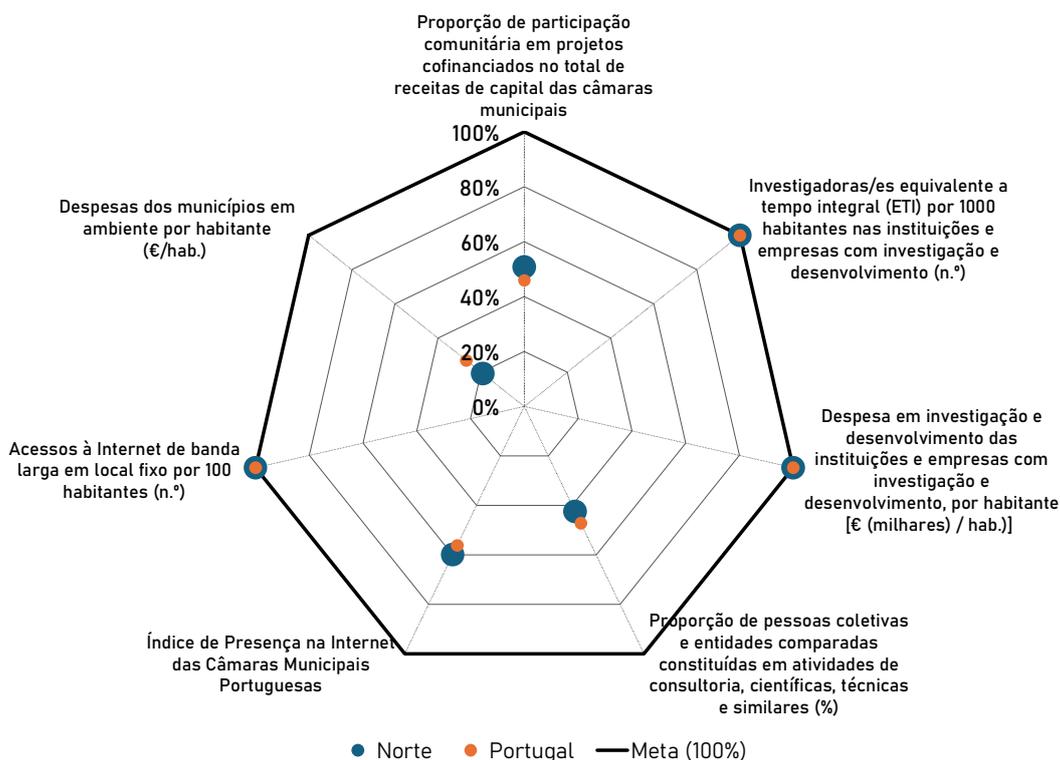
Globalmente, as diferenças nos indicadores de base local entre Portugal e o Norte são marginais: o Índice de Progresso nacional é de 68,0%, enquanto na Região é de 67,5%. Ainda assim, a maior desvantagem do Norte em relação à média nacional está na despesa dos municípios em ambiente por habitante, enquanto a maior vantagem observa-se na proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total das receitas de capital das Câmaras Municipais.

Quadro 19 - Os indicadores de base local do ODS 9 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 9 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais ¹	81,7	41,5	50,8%	●	37,5	45,9%	●
2 Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) por 1000 habitantes nas instituições e empresas com I&D (n.º)	5,2	6,1	100%	🎯	5,7	100%	🎯
3 Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por habitante [€ (milhares) / hab.]]	0,4	0,4	100%	🎯	0,4	100%	🎯
4 Proporção de pessoas coletivas e entidades comparadas constituídas em atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (%)	20,0	10,0	42,5%	●	10,9	47,2%	●
5 Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas	2,4	2,0	59,9%	●	1,9	56,1%	●
6 Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (n.º)	37,3	39,4	100%	🎯	43,5	100%	🎯
7 Despesas dos municípios em ambiente por habitante (€/hab.)	54,0	12,0	19,2%	●	16,0	26,9%	●
T Valor agregado do ODS 9			67,5%	●		68,0%	●

¹ O valor atual diz respeito à média do período de 2015-2020

Figura 13 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 9



Os Índices de Progresso do ODS 9 nas sub-regiões do Norte evidenciam uma maior desigualdade em comparação com a maioria dos outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas disparidades são, em grande parte, influenciadas pelo pilar da inovação, cuja expressão territorial está associada a *clusters* industriais específicos. Em contrapartida, o acesso às TIC é mais uniformemente distribuído na Região, resultante de escolhas públicas coletivas que pretendem compatibilizar competitividade e coesão.

Em termos globais, considerando a sinalética que caracteriza a distância face à meta, o nível relativo de desenvolvimento de cada sub-região pode ser agrupado em três grupos. A sub-região do Tâmega e Sousa ocupa a posição mais desfavorável com um Índice de Progresso 36,0%, seguindo-se um conjunto de sub-regiões num nível intermédio (Alto Tâmega e Barroso, Alto Minho, Douro e Terras de Trás-os-Montes). Por fim, as sub-regiões do Ave, Área Metropolitana do Porto e Cávado destacam-se com um nível mais avançado, com Índices de 67,1%, 67,4% e 69,0%, respetivamente.

No que diz respeito aos indicadores, observa-se que as maiores assimetrias estão associadas aos da inovação, particularmente no número de investigadores e na despesa em I&D. Nessas áreas, um contíguo espacial composto pelas sub-regiões do Ave, Área Metropolitana do Porto e Cávado já alcançou ou está muito próximo de alcançar a meta. Em contraste, o indicador que apresenta menores desigualdades territoriais é o acesso à internet de banda larga fixa por habitante.

O estado atual deste ODS nas diferentes sub-regiões do Norte confirma a necessidade de se acelerar a difusão territorial do sistema científico e tecnológico para a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento, garantindo que todas as áreas, independentemente da sua localização geográfica, tenham acesso às oportunidades e aos recursos que impulsionam a inovação e o progresso desta ODS. O fortalecimento das capacidades científicas e tecnológicas nas sub-regiões com menor desempenho neste domínio não apenas promoverá um crescimento mais equilibrado, mas também contribuirá para um desenvolvimento sustentável e inclusivo do Norte.

Quadro 20 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 9 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 9 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais									
2 Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) por 1000 habitantes nas instituições e empresas com I&D (n.º)									
3 Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por habitante									
4 Proporção de pessoas coletivas e entidades comparadas constituídas em atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (%)									
5 Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas									
6 Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (n.º)									
7 Despesas dos municípios em ambiente por habitante (€/hab.)									
T Valor agregado do ODS 9	 67,5%	 51,1%	 69,0%	 67,1%	 67,4%	 44,0%	 36,0%	 53,2%	 59,1%

2.10 Reduzir as desigualdades (ODS 10)



O Índice de Progresso do ODS 10 do Norte é de 63%, ocupando a 11ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 68,0%.

Para o ODS 10, a análise das desigualdades sociais com indicadores de base local envolve duas vertentes essenciais:

1. **Desigualdades internas dentro do Norte:** Avaliam-se as disparidades entre os rendimentos da população na própria região.
2. **Desigualdades entre o Norte e a média nacional:** Compara-se o Norte com a média nacional, revelando em que medida os níveis de rendimento da Região são diferentes dos de Portugal.

As desigualdades internas do Norte e as desigualdades em relação à média nacional não apresentam indicadores favoráveis. Na primeira vertente, o coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por agregado fiscal no Norte é o indicador com pior desempenho entre os cinco disponíveis, situando-se consideravelmente aquém da meta para 2030, com um Índice de Progresso de apenas 32,9%. Isto significa que as desigualdades internas no Norte são bastante superiores às desejáveis.

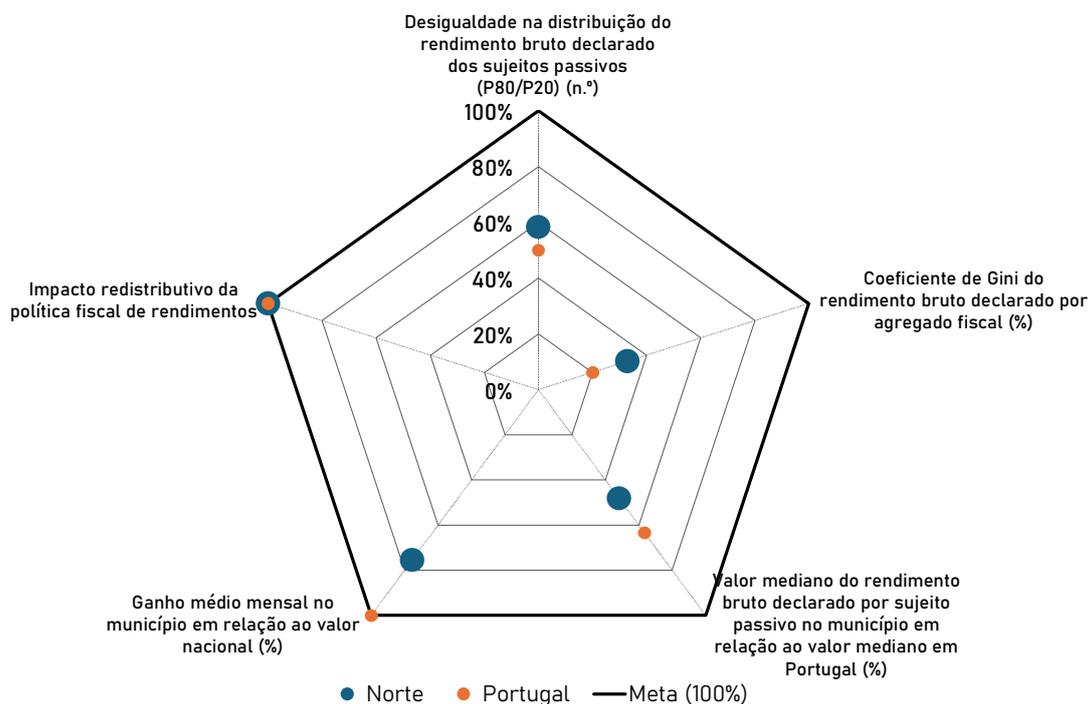
Em relação à segunda vertente, a situação também se mostra desfavorável: o valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo no Norte encontra-se abaixo do nacional, de modo que as pessoas com menores rendimentos têm menor poder de compra na Região face à média em Portugal.

Os dados revelam a necessidade de estratégias integradas que abordem tanto as desigualdades internas do Norte, como a diferença em relação à média nacional. Intervenções focadas no fortalecimento da economia regional do ponto de vista da competitividade e no aumento da coesão para a população de rendimentos mais baixos podem ajudar a melhorar o desempenho do Norte em direção ao cumprimento das metas do ODS 10. Esta política deve ser complementar ao impacto redistributivo da política fiscal de rendimentos, que já atingiu a meta prevista para 2030.

Quadro 21 - Os indicadores de base local do ODS 10 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 10 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos (P80/P20) (n.º)	2,5	3,0	58,3%	●	3,1	50,0%	●
2 Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por agregado fiscal (%)	38,9	44,6	32,9%	●	45,7	20,0%	●
3 Valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo no município em relação ao valor mediano em Portugal (%)	116,8	93,0	48,1%	●	100	63,4%	●
4 Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%)	100	92,0	75,6%	●	100	100%	🎯
5 Impacto redistributivo da política fiscal de rendimentos	4,2	4,4	100%	🎯	4,6	100%	🎯
T Valor agregado do ODS 10			63,0%	●		66,7%	●

Figura 14 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 10



O Índice de Progresso do ODS 10 nas sub-regiões do Norte apresenta-se dividido em dois grupos distintos:

- **Desempenho mediano com sinalética cinzenta (40% a 59,9%):** Neste intervalo, encontram-se as sub-regiões do Alto Tâmega e Barroso, Terras de Trás-os-Montes, Douro, Tâmega e Sousa e Alto Minho, indicando um nível de progresso inferior ao da média do Norte;
- **Bom desempenho com sinalética verde-claro (60% a 79,9%):** As sub-regiões do Cávado, Área Metropolitana do Porto e Ave integram este grupo, com Índices de Progresso de 64,3%, 65,3% e 68,4%, respetivamente.

Nas sub-regiões com desempenho mediano, as de baixa densidade populacional – como Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e Barroso e Douro – são as que apresentam os mais baixos Índices de Progresso neste ODS. Esta situação decorre, cumulativamente, de níveis elevados de desigualdade interna nessas sub-regiões e de um menor rendimento face à média nacional.

As assimetrias internas nas sub-regiões de baixa densidade resultam do efeito de urbanização das principais cidades, onde os rendimentos tendem a ser mais altos do que no resto do território com pouca atividade económica. Apesar da explicação ser diferente, a desigualdade interna também é elevada na Área Metropolitana do Porto, o território de maior densidade populacional. Neste caso, as assimetrias devem-se à maior diversidade de atividades económicas com diferentes níveis de produtividade e à existência de problemas de maior exclusão social.

O facto de as desigualdades internas serem um problema que ocorre tanto nos territórios de baixa densidade populacional, como nos de maior dimensão justifica a necessidade de políticas territoriais que promovam o desenvolvimento inclusivo, ajustando-se aos contextos específicos de cada sub-região. Sendo certo que as dinâmicas de urbanização nas principais cidades dos territórios de menor densidade populacional reforçam a competitividade (porque acrescentam eficiência na utilização de recursos públicos e privados), também é verdade que podem acentuar as desigualdades salariais entre os diferentes concelhos, promovendo problemas na coesão social e territorial.

Quadro 22 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 10 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 10 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos (P80/P20) (n.º)									
2 Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por agregado fiscal (%)									
3 Valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo no município em relação ao valor mediano em Portugal (%)									
4 Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%)									
5 Impacto redistributivo da política fiscal de rendimentos									
T Valor agregado do ODS 10	 63,0%	 57,4%	 64,3%	 68,4%	 65,3%	 40,5%	 53,2%	 46,2%	 45,2%

2.11 Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11)



O Índice de Progresso do ODS 11 do Norte é de 53,1%, ocupando a 14ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 55,8%.

Pelo facto dos seus indicadores estarem mais perto da meta, a sustentabilidade das cidades e comunidades do Norte destaca-se em três domínios: gestão de resíduos, eficiência no uso de territórios artificializados (áreas modificadas para usos urbanos, industriais, comerciais ou infraestruturais) e na baixa proporção de área ardida. Por outro lado, os indicadores de sustentabilidade com pior desempenho dizem respeito ao acesso à habitação, revitalização urbana, incluindo criação de espaços verdes, e despesas municipais com a proteção da biodiversidade e paisagem.

Quadro 23 - Os indicadores de base local do ODS 11 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 11 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)	320	1394	12,4%	●	1611	0%	●
2 Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)	22,3	43	23%	●	47,2	7,6%	●
3 Área artificializada em Solo Urbano (%) ¹	34	51	53,5%	●	49,7	56,9%	●
4 Solo Rústico ocupado por tecido edificado (%) ¹	0,1	1,4	62,3%	●	1,1	70,2%	●
5 Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (n.º)	50	3,5	7%	●	2,3	4,6%	●
6 Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante (%) ²	0,5	-5,5	85,4%	●	-5	86,6%	●
7 Bens imóveis classificados por 10 mil habitantes (n.º/hab)	21,8	4	15,4%	●	4,6	18,1%	●
8 Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	23,5	12	46,5%	●	16	65,1%	●
9 Despesas do município em património cultural por habitante (€/hab.)	13,8	9,2	66,8%	●	12,3	89,2%	●
10 Proporção de superfície ardida (%)	0	0,7	85,3%	●	0,5	89,1%	●
11 Habitantes por bombeiro (n.º)	126,9	354	60,4%	●	339	63,1%	●
12 Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	25	19	70%	●	23	90%	●
13 Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%)	51,4	51,1	100%	🎯	52,2	98,1%	●
14 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	364	472	65,6%	●	509	53,8%	●
15 Proporção de Solo Urbano não artificializado (%) ¹	66,1	48,6	52,4%	●	49,4	54,6%	●
16 Proporção de espaços verdes em Solo Urbano (%) ¹	12,5	4,6	36,9%	●	4,7	37,6%	●
17 Proporção da área da unidade geográfica ocupada por edificação isolada ou dispersa (%) ^{1,2}	0,3	1,5	60,2%	●	1,4	63,9%	●
T Valor agregado do ODS 11			53,1%	●		55,8%	●

¹ O valor diz respeito à média dos municípios do Continente, por ausência do valor nacional

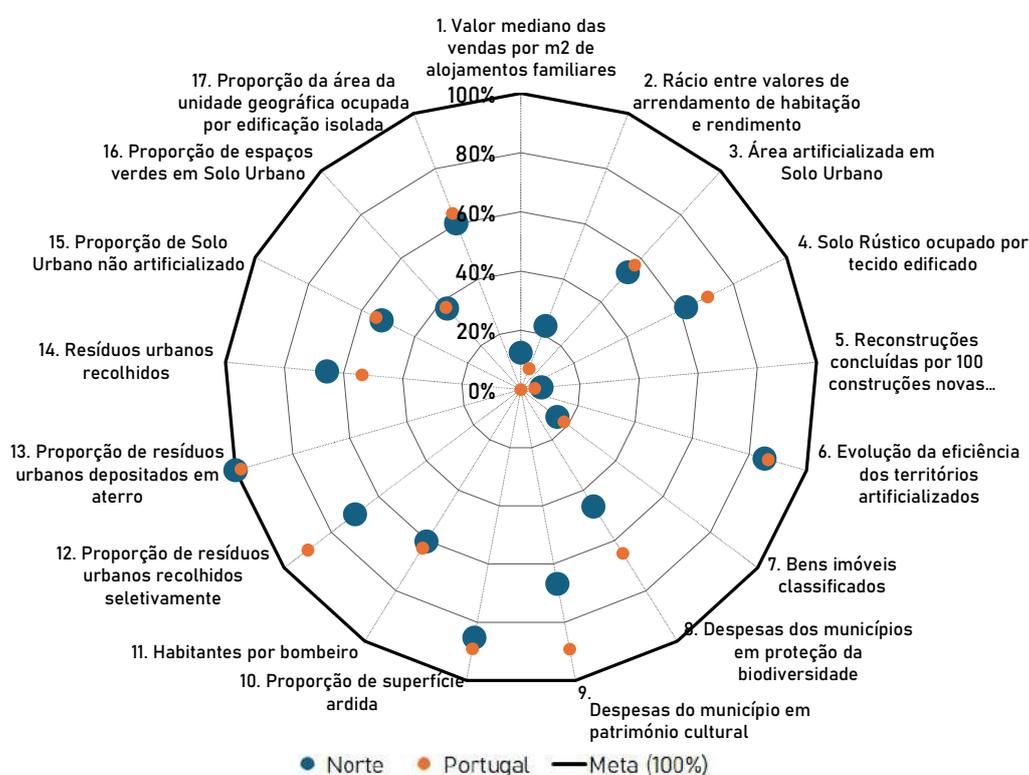
² Para este indicador utilizou-se o valor agregado do Continente.

Os indicadores de sustentabilidade das cidades e comunidades em Portugal revelam poucas diferenças em relação aos do Norte. Globalmente, o Índice do ODS 11 é de 55,8% em todo o país, comparado a 53,1% na Região.

No entanto, as disparidades são mais evidentes em alguns indicadores. O Norte apresenta um desempenho relativamente inferior ao nacional nas despesas municipais dirigidas à proteção da biodiversidade e paisagem e na promoção do património cultural, além de uma menor recolha seletiva de resíduos.

O Norte destaca-se positivamente em relação à média nacional no acesso à habitação (rácio entre o valor do arrendamento e o rendimento), assim como na quantidade de resíduos urbanos recolhidos. Contudo, relativamente a este último indicador, é fundamental reforçar os incentivos, as infraestruturas e a educação ambiental para aumentar a recolha seletiva.

Figura 15 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 11³



Os indicadores de sustentabilidade das cidades e comunidades revelam diferenças acentuadas ao nível das sub-regiões do Norte. Regra geral, os territórios de menor densidade populacional têm melhor desempenho neste ODS do que os territórios mais urbanos.

Em destaque, o Índice de Progresso mais alto observa-se na sub-região de Terras de Trás-os-Montes (74,6%), seguindo-se o Douro (73,6%) e o Alto Tâmega e Barroso (66,9%). Os pontos fortes destes territórios são as despesas dos municípios, em termos *per capita*, na proteção da biodiversidade, paisagem e património cultural, assim como nos indicadores de acesso à habitação, devido sobretudo a preços mais reduzidos na aquisição e arrendamento. No entanto, ainda existem desafios nestes territórios, em particular, na reabilitação dos edifícios e na recolha seletiva de resíduos.

Por seu turno, os indicadores de menor sustentabilidade registam-se nas sub-regiões de maior população, notavelmente, na Área Metropolitana do Porto e no Cávado, com os valores agregados mais reduzidos. Nas sub-regiões mais populosas, os problemas de sustentabilidade das cidades e comunidades decorrem,

³ Versão simplificada do nome dos indicadores. Para a denominação completa ver o quadro anterior.

essencialmente, de custos de habitação e arrendamento elevados, fraco dinamismo na reabilitação dos edifícios e reduzida proporção de espaços verdes em solo urbano. No entanto, estes territórios, em termos de evolução, têm-se destacado positivamente na eficiência dos territórios artificializados e nos resíduos urbanos recolhidos seletivamente.

Quadro 24 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 11 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 11 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Área artificializada em Solo Urbano (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
4 Solo Rústico ocupado por tecido edificado (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (n.º)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
6 Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
7 Bens imóveis classificados por 10 mil habitantes (nº/hab)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
8 Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
9 Despesas do município em património cultural por habitante (€/hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
10 Proporção de superfície ardida (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
11 Habitantes por bombeiro (nº)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
12 Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
13 Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
14 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
15 Proporção de Solo Urbano não artificializado (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
16 Proporção de espaços verdes em Solo Urbano (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
17 Proporção da área da unidade geográfica ocupada por edificação isolada ou dispersa (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 11	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	53,1%	58,3%	39,0%	49,4%	43,6%	66,9%	49,2%	73,6%	74,6%

2.12 Produção e consumo sustentáveis (ODS 12)



O Índice de Progresso do ODS 12 do Norte é de 68,7%, ocupando a 6ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 72,9%.

A limitação do número de indicadores de base local para o ODS 12 dificulta uma monitorização abrangente do progresso em direção aos objetivos de produção e consumo sustentáveis. Essa restrição resulta na exclusão de aspetos críticos da análise local, como a pegada material, o consumo interno de materiais, o desperdício alimentar, os subsídios a combustíveis fósseis e a transparência empresarial (representada pelo número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade). Essa abordagem restritiva é frequentemente consequência da disponibilidade e granularidade dos dados em nível municipal. Assim, os indicadores locais utilizados para o ODS 12 concentram-se, unicamente, na gestão de resíduos urbanos.

Os indicadores do Norte mais próximos da meta incluem a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterros e a recolha seletiva de resíduos urbanos, com Índices de Progresso de 85,3% e 70%, respetivamente. No primeiro caso, essa situação é ambientalmente benéfica, pois a redução de resíduos biodegradáveis em aterros contribui para a diminuição da produção de metano — um potente gás de efeito estufa — além de reduzir o risco de poluição do solo e das águas subterrâneas.

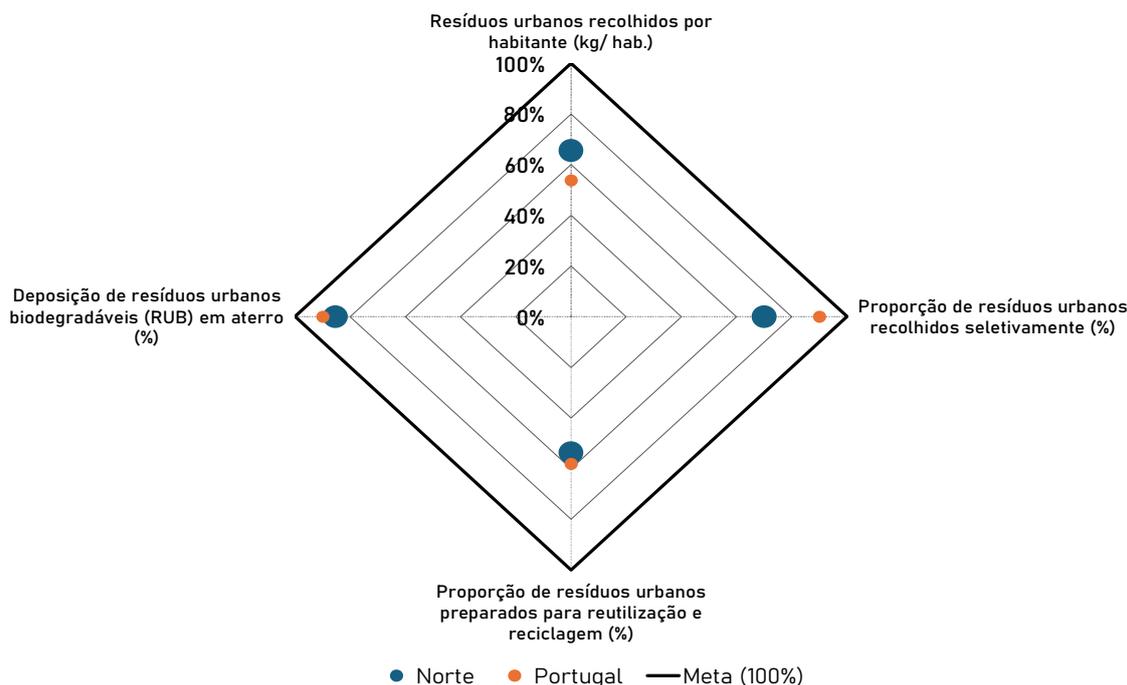
Por outro lado, os indicadores do Norte mais distantes da meta são a quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante e a proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem, com Índices de Progresso de 65,6% e 53,7%, respetivamente. A maior distância em relação à meta no último indicador sugere um potencial não explorado em termos de economia circular, ou seja, a baixa taxa de reutilização indica que muitos materiais valiosos estão a ser desperdiçados, o que prejudica o meio ambiente e o crescimento de indústrias para a transição ecológica.

No contexto nacional, três dos quatro indicadores de Portugal apresentam um desempenho superior ao do Norte, sendo os resíduos urbanos recolhidos por habitante a única exceção. Em termos globais, o valor agregado do ODS 12 em Portugal é de 72,9%, em comparação com 68,7% no Norte.

Quadro 25 - Os indicadores de base local do ODS 12 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 12 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)	364	472	65,6%		509	53,8%	
2 Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	25	19	70%		23	90%	
3 Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	60	35,7	53,7%		38,0	58,1%	
4 Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)	34,9	43,6	85,3%		40,9	89,9%	
T Valor agregado do ODS 12			68,7%			72,9%	

Figura 16 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 12



Os indicadores de produção e consumo sustentáveis de base local revelam diferenças acentuadas entre as sub-regiões do Norte, mas não existe um padrão claro que diferencie o desempenho dos territórios de menor densidade populacional em relação aos de maior dimensão. Exemplos disso são os maiores Índices de Progresso neste ODS, que são observados no Ave (88,6%), em Terras de Trás-os-Montes (78,0%) e na Área Metropolitana do Porto (74,3%), sub-regiões muito distintas em termos de número de residentes.

Nesse contexto, o valor dos indicadores de cada território está relacionado com outras dimensões, como a qualidade das infraestruturas e a inovação da economia circular. A este propósito, a maior disparidade sub-regional ocorre em fases mais avançadas da cadeia de valor da economia circular, especificamente, na disponibilidade de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem. Em contrapartida, na fase inicial, a simples recolha de resíduos urbanos é o indicador que apresenta as menores diferenças.

Quadro 26 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 12 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 12 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
4 Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 12	68,7%	39,0%	69,9%	88,6%	74,3%	39,6%	30,7%	41,9%	78,0%

2.13 Ação climática (ODS 13)



O Índice de Progresso do ODS 13 do Norte é de 46,0%, ocupando a 15ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 61,5%.

Os indicadores de âmbito local para monitorizar o progresso do ODS 13 apresentados neste documento excluem pactos de adaptação e mitigação climática realizados por autarcas, bem como o índice de ação climática municipal. Os indicadores selecionados concentram-se principalmente no impacto direto da atividade humana nas alterações climáticas, como a emissão de gases de efeito estufa, o consumo de combustível automóvel, a pressão urbana nas zonas costeiras e a superfície de áreas classificadas.

Os cinco indicadores de base local apresentam níveis de progresso muito desiguais face às metas estabelecidas para 2030. No Norte, o indicador com pior desempenho neste ODS refere-se ao número de associados das organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes, refletindo uma reduzida participação cívica dos cidadãos para as questões da ação climática.

Ao mesmo tempo, a área edificada na zona costeira ao longo de uma faixa de 500 metros a contar da linha da costa atinge uma dimensão bastante superior à meta definida para 2030, sendo o 2º pior indicador deste ODS. Esta situação é particularmente grave, porque a ocupação da zona costeira representa um impacto direto e permanente em áreas ecologicamente sensíveis e vulneráveis a eventos climáticos extremos, como inundações e erosão costeira, que tendem a intensificar-se com as mudanças climáticas. Construir nessas áreas não só aumenta o risco de danos materiais e perdas humanas, mas também reduz a capacidade natural de adaptação costeira, prejudicando ecossistemas que poderiam atuar como barreiras de proteção.

Em contrapartida, alguns indicadores da ação climática apresentam um bom desempenho no Norte. A emissão de gases de efeito estufa e o consumo de combustível automóvel por habitante registam Índices de Progresso de 79% e 68%, respetivamente. No entanto, ainda há a necessidade de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Isso envolve melhorar a mobilidade sustentável, promover alternativas de transporte como bicicletas e transporte público eficiente, além de incentivar o uso de veículos elétricos e outras soluções de baixo carbono.

Quadro 27 - Os indicadores de base local do ODS 13 no Norte e em Portugal

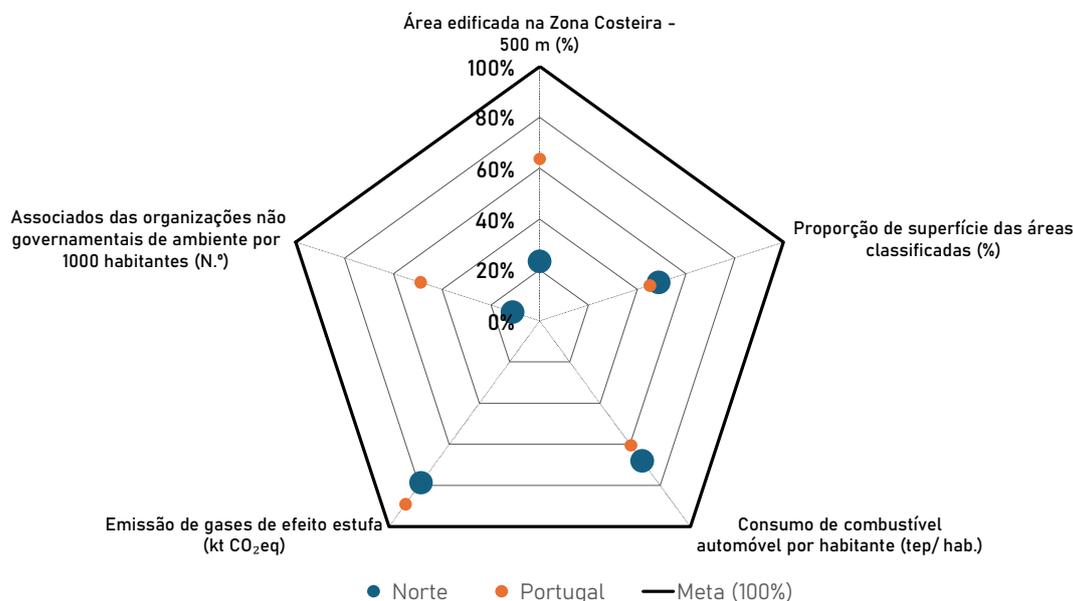
Indicadores do ODS 13 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Área edificada na Zona Costeira - 500 m (%)	0	40,2	23,3%		19	64%	
2 Proporção de superfície das áreas classificadas (%)	50	24,4	48,8%		22,6	45,2%	
3 Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.)	0,13	0,47	68%		0,55	60,5%	
4 Emissão de gases de efeito estufa (kt CO ₂ eq) ¹	Norte: 12277	15606	79%		64184	89%	
5 Associados das organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes (n.º)	45	5	11%		22	48,9%	
T Valor agregado do ODS 13			46,0%			61,5%	

¹ Neste indicador, o índice de progresso foi calculado pelo rácio entre a meta e o valor observado em 2019.

Em Portugal, o Índice de Progresso do ODS 13 é de 61,5%, um valor superior ao apurado no Norte (46,0%). Esta diferença resulta sobretudo de dois indicadores com pior desempenho na Região face à média nacional,

designadamente, a área edificada na zona costeira (500 metros) e no número de associados das organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes. Nos restantes indicadores, importa destacar o menor consumo de combustíveis automóvel por habitante no Norte relativamente à média nacional.

Figura 17 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 13



Os indicadores de ação climática de base local apresentam melhores resultados nas sub-regiões do Norte com menor densidade populacional. As sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes (68,2%), Alto Minho (61,5%) e Alto Tâmega e Barroso (57,6%) destacam-se pelos maiores Índices de Progresso, enquanto as sub-regiões da Área Metropolitana do Porto (37,3%) e do Ave (43,5%) registam os valores mais baixos.

Quadro 28 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 13 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 13 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Área edificada na Zona Costeira - 500 m (%)	●	●	●	n.a	●	n.a	n.a	n.a	n.a
2 Proporção de superfície das áreas classificadas (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
4 Emissão de gases de efeito estufa (kt CO ₂ eq)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Associados das organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes (n.º)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 13	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	46,0%	61,5%	50,0%	43,5%	37,3%	57,6%	46,8%	49,0%	68,2%

2.14 Proteger a vida marinha (ODS 14)



O Índice de Progresso do ODS 14 do Norte é de 79,7%, ocupando a 2ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 69,5%.

Os cinco indicadores locais disponíveis fornecem uma visão limitada da complexidade do ODS 14, que abrange uma ampla gama de questões relacionadas à vida marinha. Esses indicadores concentram-se principalmente nos impactos da qualidade da água e da poluição, excluindo aspetos essenciais como a proteção da biodiversidade marinha, a regulamentação da pesca, a preservação de *habitats* específicos, a acidificação dos oceanos e o financiamento para investigação e desenvolvimento nesses temas.

Apesar dessas limitações, os indicadores locais disponíveis traçam um panorama positivo para o Norte na proteção da vida marinha. Entre os destaques, está a proporção de águas balneares costeiras e estuarinas classificadas como de "má" qualidade, que já atingiu a meta de 0%, assim como a alta cobertura de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais. Em contraste, o indicador mais distante da meta é a proporção de massas de água em bom estado ecológico, que mede a capacidade das águas da Região (como rios, lagos, aquíferos subterrâneos, estuários e áreas costeiras) de manter suas características naturais e sustentar ecossistemas saudáveis, mesmo sob pressões humanas.

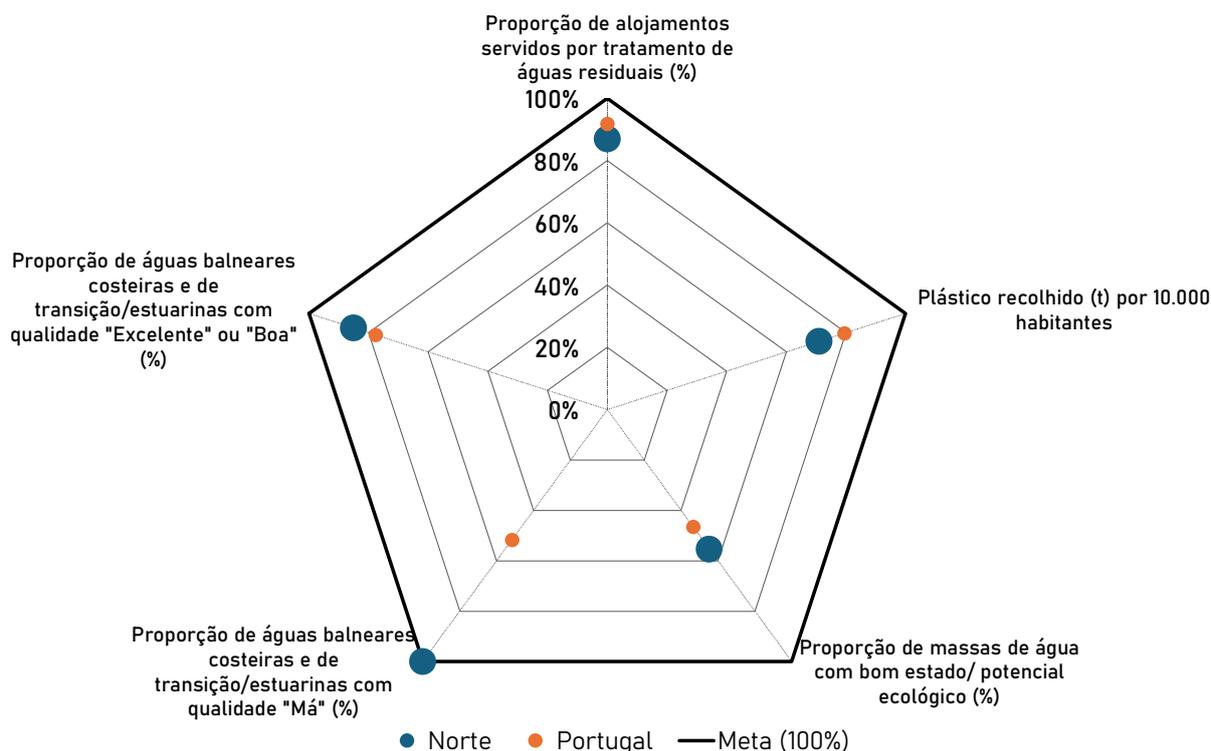
Em comparação com o nível nacional, o Norte apresenta um desempenho superior na maioria dos indicadores locais do ODS 14, com exceção da proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais e da quantidade de plástico recolhido por 10 mil habitantes. A maior diferença do Norte em relação ao conjunto nacional está na qualidade das águas balneares costeiras e de transição, com níveis superiores aos do país como um todo.

Quadro 29 - Os indicadores de base local do ODS 14 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 14 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%) ¹	90	82	86,9%	●	85	91,8%	●
2 Plástico recolhido (t) por 10.000 habitantes	185,4	138,6	71,0%	●	152,3	79,5%	●
3 Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico (%) ¹	100	55,3	55,3%	●	46,6	46,6%	●
4 Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Má" (%)	0	0	100%	🎯	0,59	52%	●
5 Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Excelente" ou "Boa" (%)	100	97,5	85%	●	96,3	77,6%	●
T Valor agregado do ODS 14			79,7%	●		69,5%	●

¹ Para este indicador não se dispõe do valor para Portugal, pelo que foi utilizado o valor para o Continente.

Figura 18 – Índice de Progresso dos indicadores de base local do ODS 14



Nas sub-regiões do Norte, a avaliação completa dos indicadores de base local do ODS 14 é limitada, uma vez que algumas delas não possuem águas balneares costeiras. No entanto, nas sub-regiões onde essa análise é viável – como Alto Minho, Cávado e Área Metropolitana do Porto – os Índices alcançam 80,1%, 75,5% e 80,2%, respetivamente. Destaca-se, positivamente, que essas sub-regiões já atingiram a meta de 0% na proporção de águas balneares costeiras e de transição classificadas como “má”.

Quadro 30 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 14 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 14 de âmbito local	NUTS III do Norte									
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM	
1 Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)	●	●	●	●	🎯	🎯	●	●	●	
2 Plástico recolhido (t) por 10.000 habitantes	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
3 Proporção de massas de água com bom estado/potencial ecológico (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
4 Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Má" (%)	🎯	🎯	🎯	n.a	🎯	n.a	n.a	n.a	n.a	
5 Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Excelente" ou "Boa" (%)	●	🎯	🎯	n.a	●	n.a	n.a	n.a	n.a	
T Valor agregado do ODS 14	79,7%	80,1%	75,5%	82,4%	80,2%	86,6%	67,2%	79,4%	81,1%	

Nota: n.a - na ausência de águas balneares costeiras e de transição em determinadas sub-regiões não é possível calcular o indicador.

2.15 Proteger a vida terrestre (ODS 15)



O Índice de Progresso do ODS 15 do Norte é de 61,5%, ocupando a 12ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 58,9%.

A maioria dos indicadores de base local do Norte (7 em 11) encontra-se num nível de progresso mediano, num intervalo de 40% a 59,9%, indicativo de que persistem desafios importantes na proteção da vida terrestre do Norte, tais como o reforço da superfície de áreas classificadas, o aumento do número de sapadores florestais, a expansão da superfície agrícola candidata a apoios para conservação do solo, bem como o aumento das despesas dos municípios na proteção da biodiversidade e paisagem.

Apesar dos desafios a enfrentar, alguns indicadores do Norte estão a uma distância reduzida em relação às metas estabelecidas. Exemplos disso são a proporção da área ardida, que já atingiu o objetivo quantitativo e a dimensão dos territórios artificializados por habitante, que apresenta um Índice de Progresso de 80,6%. Uma vez que este último indicador está próximo da meta, a relação entre a pressão urbana e a proteção da vida terrestre ainda se mantém num nível sustentável.

Quadro 31 - Os indicadores de base local do ODS 15 no Norte e em Portugal

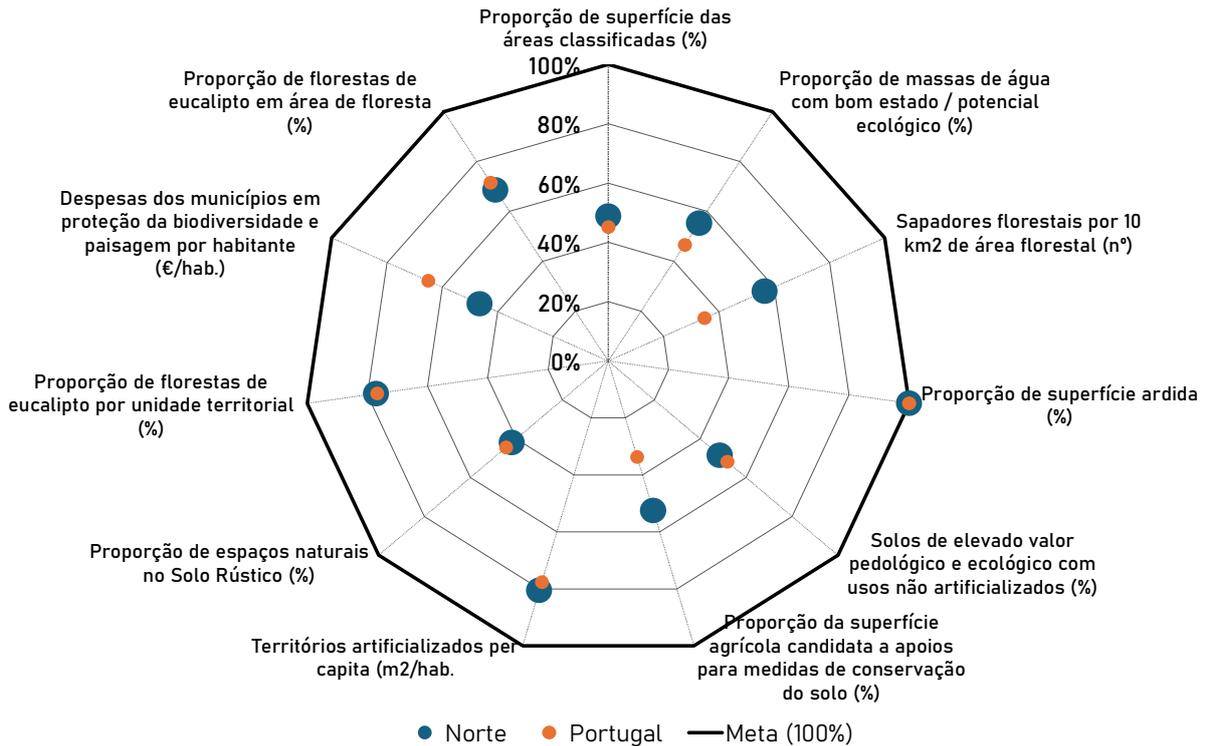
Indicadores do ODS 15 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Proporção de superfície das áreas classificadas (%)	50	24,4	48,8%	●	22,6	45,2%	●
2 Proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico (%) ²	100	55,3	55,3%	●	46,6	46,6%	●
3 Sapadores florestais por 10 km ² de área florestal (n ^o) ²	1,5	0,8	56,6%	●	0,5	34,8%	●
4 Proporção de superfície ardida (%)	0,7	0,7	100%	🎯	0,5	100%	🎯
5 Solos de elevado valor pedológico e ecológico com usos não artificializados (%) ¹	44	21,9	48,5%	●	23,3	51,8%	●
6 Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para medidas de conservação do solo (%)	6,3	3,5	52,5%	●	2,3	33,7%	●
7 Territórios artificializados <i>per capita</i> (m ² /hab) ²	235	436	80,6%	●	466,5	77,7%	●
8 Proporção de espaços naturais no Solo Rústico (%) ¹	58,8	24,9	42,0%	●	26,3	44,5%	●
9 Proporção de florestas de eucalipto por unidade territorial (%) ¹	4,2	12,7	77,2%	●	12,9	76,8%	●
10 Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	23,5	12	46,5%	●	16,0	65,1%	●
11 Proporção de florestas de eucalipto em área de floresta (%) ¹	9	31	68,6%	●	28,9	71,5%	●
T Valor agregado do ODS 15			61,5%	●		58,9%	●

¹ O valor de Portugal resulta da média dos valores dos municípios.

² Para este indicador foi utilizado o valor agregado do Continente, devido à ausência do valor nacional

Os Índices de Progresso do Norte e de Portugal apresentam valores agregados próximos, com 61,5% e 58,9%, respetivamente. No entanto, ao analisar os indicadores individuais, observam-se algumas disparidades de maior amplitude. Exemplos que favorecem o Norte incluem o número de sapadores florestais por 10 km² de área florestal e a proporção da superfície agrícola que se candidata a apoios para medidas de conservação do solo. Por outro lado, o indicador que demonstra o pior desempenho no Norte, em comparação à média nacional, é o das despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e da paisagem por habitante.

Figura 19 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 15



Os indicadores locais do ODS 15 – Proteção da Vida Terrestre – revelam variações entre as sub-regiões do Norte, com melhor desempenho nos territórios de menor densidade populacional. Os Índices de Progresso mais elevados foram registados no Douro (68,9%), Terras de Trás-os-Montes (67,6%), Alto Minho (65,4%) e Alto Tâmega e Barroso (62,3%), enquanto a Área Metropolitana do Porto apresenta o desempenho mais baixo (43,3%).

Essas diferenças refletem principalmente a influência de alguns indicadores, como a proporção de áreas classificadas, a superfície agrícola candidata a apoios para conservação do solo, as despesas municipais em proteção de biodiversidade e paisagem por habitante e a proporção de massas de água em bom estado ecológico. De facto, as sub-regiões com maiores proporções de áreas protegidas e maior foco na conservação de solo e biodiversidade naturalmente apresentam melhores desempenhos nesses indicadores em comparação com sub-regiões mais urbanas e com uso intensivo do solo.

Essas diferenças regionais sugerem que as estratégias para alcançar o ODS 15 no Norte devem ser adaptativas e sensíveis ao contexto local. A seletividade de indicadores específicos pode guiar as ações de forma eficiente, promovendo um desenvolvimento equilibrado e sustentável que respeite as particularidades das sub-regiões.

Quadro 32 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 15 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 15 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Proporção de superfície das áreas classificadas (%)									
2 Proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico (%)									
3 Sapadores florestais por 10 km2 de área florestal (nº)									
4 Proporção de superfície ardida (%)									
5 Solos de elevado valor pedológico e ecológico com usos não artificializados (%)									
6 Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para medidas de conservação do solo (%)									
7 Territórios artificializados per capita (m2/hab)									
8 Proporção de espaços naturais no Solo Rústico (%)									
9 Proporção de florestas de eucalipto por unidade territorial (%)									
10 Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)									
11 Proporção de florestas de eucalipto em área de floresta (%)									
T Valor agregado do ODS 15									
	61,5%	65,4%	52,3%	57,4%	43,3%	62,3%	52,7%	68,9%	67,6%

2.16 Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16)



O Índice de Progresso do ODS 16 do Norte é de 64,1%, ocupando a 10ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 55,4%.

A maioria dos indicadores locais do Norte (7 em 12) mostra um progresso acima de 60%, refletindo um bom nível de desenvolvimento. No entanto, a Região ainda enfrenta desafios neste ODS. Entre os indicadores com desempenho mais baixo estão o Índice de Transparência Municipal, a taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais e a incidência de violência doméstica contra cônjuges ou análogos, medida por 10 000 habitantes.

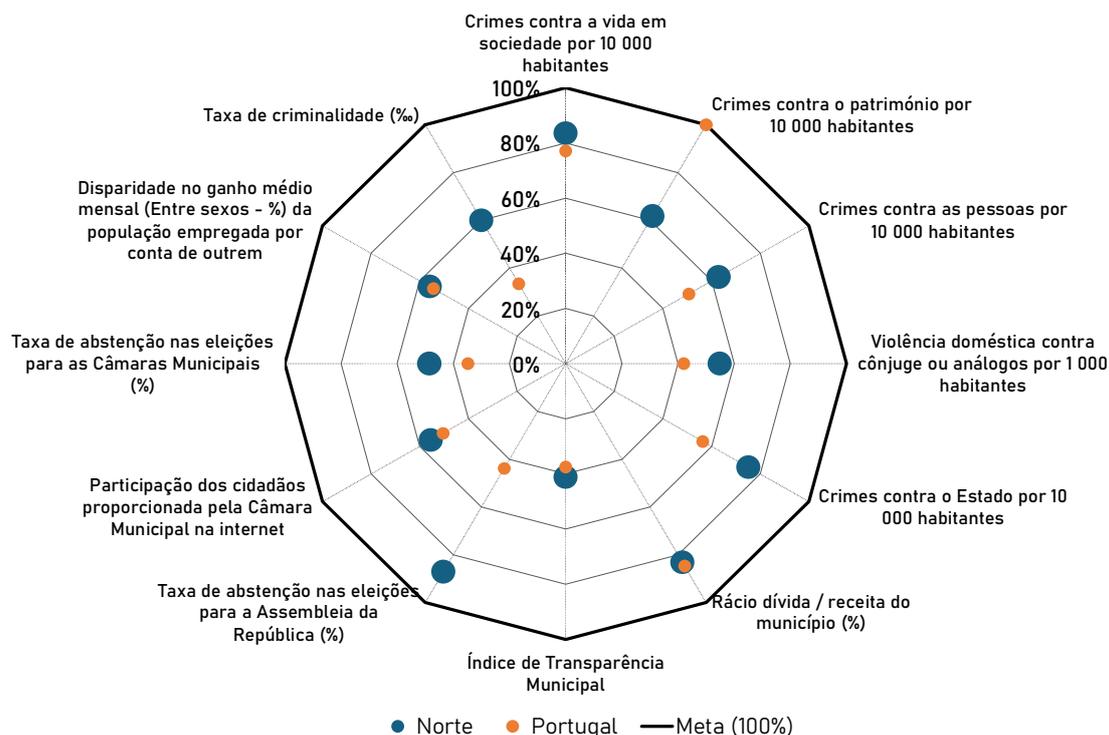
Apesar desses desafios (em particular no que diz respeito à transparência das instituições e à participação política nas eleições), o Norte exibe bons resultados em alguns indicadores, como na criminalidade e na solvabilidade das Câmaras Municipais. Na criminalidade, destaca-se o baixo número de crimes contra a vida em sociedade, com um Índice de Progresso de 83,6%. Já na solvabilidade, o baixo peso da dívida municipal em relação às receitas dos municípios é um ponto positivo. As Câmaras Municipais com níveis baixos de dívida têm mais flexibilidade para alocar recursos em serviços essenciais (educação, saúde e segurança), contribuindo para o bem-estar da comunidade e para uma governança mais eficaz.

Quadro 33 - Os indicadores de base local do ODS 16 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 16 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Crimes contra a vida em sociedade por 10 000 habitantes	21,1	35,9	83,6%	●	41,8	77,2%	●
2 Crimes contra o património por 10 000 habitantes	63,8	130	61,8%	●	41,8	100,0%	🎯
3 Crimes contra as pessoas por 10 000 habitantes	43	74,8	62,9%	●	85,4	50,6%	●
4 Violência doméstica contra cônjuge ou análogos por 1 000 habitantes	1	2,1	54,9%	●	2,5	42%	●
5 Crimes contra o Estado por 10 000 habitantes	2,1	5	75,1%	●	7,2	56,4%	●
6 Rácio dívida / receita do município (%)	13,1	43,4	83,2%	●	40,6	84,7%	●
7 Índice de Transparência Municipal	100	53,8	41,1%	●	50,9	37,4%	●
8 Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%)	37,7	40,2	87,1%	●	48,6	43,8%	●
9 Participação dos cidadãos proporcionada pela Câmara Municipal na internet	0,6	0,35	55,4%	●	0,32	50,4%	●
10 Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%)	26,4	42,2	48,5%	●	46,4	34,9%	●
11 Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem	2,4	8,4	55,9%	●	8,6	54,4%	●
12 Taxa de criminalidade (‰)	15,3	25,8	60,1%	●	32,8	33,5%	●
T Valor agregado do ODS 16			64,1%	●		55,4%	●

Em Portugal, o Índice de Progresso deste ODS é de 55,4%, abaixo do valor registado no Norte, que atinge 64,1%. Essa diferença é visível na maioria dos indicadores, com o Norte a superar a média nacional em 10 deles. As maiores vantagens da Região estão na taxa mais baixa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República, além das menores taxas de criminalidade. Em contrapartida, o desempenho nacional é superior ao do Norte, sobretudo no indicador de crimes contra o património.

Figura 20 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 16



Os indicadores locais do ODS 16 revelam assimetrias entre as sub-regiões do Norte, apontando para desafios importantes na promoção da paz, justiça e qualidade das instituições em todo o território. Algumas sub-regiões apresentam, em média, indicadores mais próximos das metas, como é o caso do Ave e do Tâmega e Sousa, com Índices de Progresso de 74% e 72,7%, respetivamente. Por outro lado, os valores mais baixos observam-se na Área Metropolitana do Porto (60,6%), Alto Minho (58,5%) e Alto Tâmega e Barroso (55,3%).

Essas disparidades são mais evidentes em determinados indicadores, como nas taxas de abstenção para as eleições da Assembleia da República, que são mais elevadas nas sub-regiões de menor densidade populacional, como Alto Tâmega e Barroso e Terras de Trás-os-Montes. Nessas áreas, os eleitores podem sentir que estão pouco representados politicamente ou que as políticas nacionais não correspondem às necessidades específicas dos seus territórios.

Por outro lado, alguns indicadores apresentam um padrão mais homogéneo entre as sub-regiões, como a oferta de canais digitais para interação com o governo local e a qualidade das instituições, avaliada pelo Índice de Transparência Municipal e pelo rácio da dívida em relação às receitas totais. No caso do Índice de Transparência Municipal, a homogeneidade reflete-se em valores geralmente baixos, sugerindo a necessidade de criação de mecanismos que permitam aumentar a transparência na comunicação das ações dos municípios.

Quadro 34 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 16 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 16 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Crimes contra a vida em sociedade por 10 000 habitantes	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Crimes contra o património por 10 000 habitantes	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Crimes contra as pessoas por 10 000 habitantes	●	●	●	●	●	●	●	●	●
4 Violência doméstica contra cônjuge ou análogos por 1 000 habitantes	●	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Crimes contra o Estado por 10 000 habitantes	●	●	●	●	●	●	●	●	●
6 Rácio dívida / receita do município (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
7 Índice de Transparência Municipal	●	●	●	●	●	●	●	●	●
8 Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
9 Participação dos cidadãos proporcionada pela Câmara Municipal na internet	●	●	●	●	●	●	●	●	●
10 Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
11 Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos %) da população empregada por conta de outrem	●	●	●	●	●	●	●	●	●
12 Taxa de criminalidade (‰)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 16	64,1%	58,5%	70,1%	74,0%	60,6%	55,3%	72,7%	64,7%	62,2%

2.17 Parcerias para a implementação dos objetivos (ODS 17)



O Índice de Progresso do ODS 17 do Norte é de 66,7%, ocupando a 9ª posição entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em Portugal, o valor é de 67,7%.

Os seis indicadores de base local utilizados para monitorizar as parcerias na implementação do ODS 17 focam-se em duas áreas principais: recursos financeiros das Câmaras Municipais e as TIC. Essas áreas permitem avaliar, tanto os recursos internos disponíveis para a execução dos objetivos, incluindo aqueles oriundos de parcerias, quanto a infraestrutura digital para troca de ideias, conhecimento e outras formas de cooperação. Porém, devido à limitação de indicadores a nível municipal, outras dimensões importantes, como a ajuda internacional, não são contempladas na análise.

Os seis indicadores analisados revelam discrepâncias claras em relação às metas, permitindo identificar diferentes níveis de progresso em cada um. Os melhores resultados no Norte, que já alcançaram as metas estabelecidas, referem-se aos indicadores de TIC, nomeadamente o número de acessos à internet de banda larga em local fixo e o número de alunos por computador com acesso à internet.

Por outro lado, os resultados mais baixos em comparação com a meta são observados nas receitas das operações não financeiras das Câmaras Municipais por habitante. Este indicador, que abrange principalmente impostos, taxas e transferências do Estado, registou um valor atual de 744€ por habitante, bastante distante da meta de 1939€ para 2030.

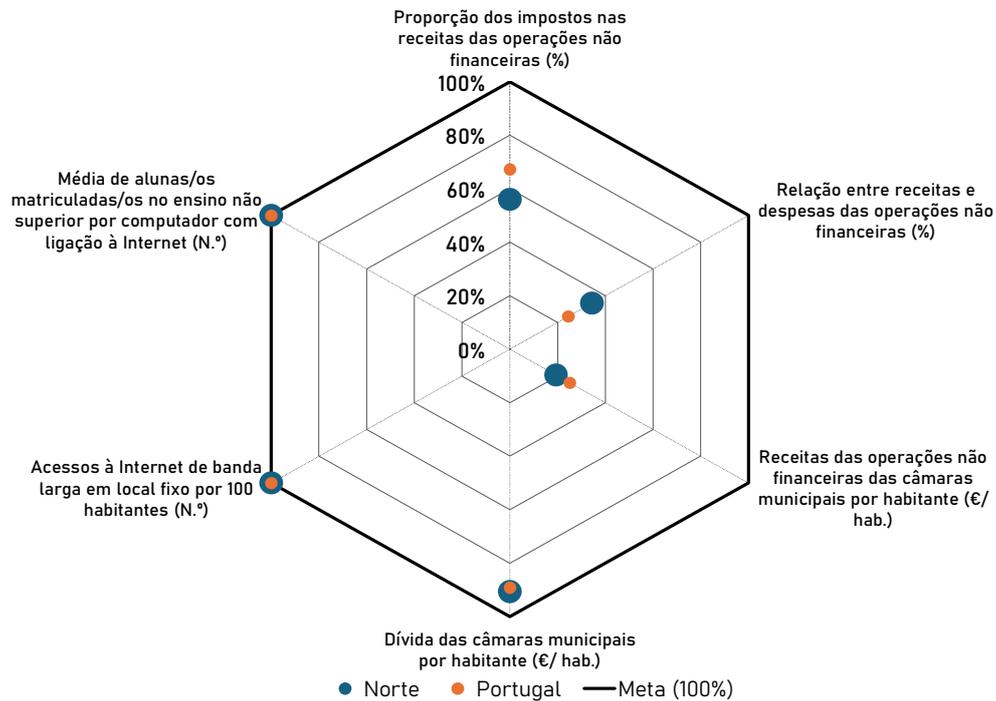
A situação a nível nacional é, praticamente, similar à observada no Norte em relação a este ODS. Em termos agregados, o Índice de Progresso nacional foi de 67,7%, superando em 1 ponto percentual o valor registado no Norte. As ligeiras diferenças desfavoráveis para o Norte em comparação com Portugal refletem-se no financiamento *per capita* das Câmaras Municipais, especialmente nas receitas não financeiras.

Quadro 35 - Os indicadores de base local do ODS 17 no Norte e em Portugal

Indicadores do ODS 17 de âmbito local	Meta para 2030	Norte			Portugal		
		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)		Valor atual	Índice de progresso (meta=100%)	
1 Proporção dos impostos nas receitas das operações não financeiras (%)	51	31,4	56,1%	●	36,4	67,3%	●
2 Relação entre receitas e despesas das operações não financeiras (%)	128,8	106,3	34,4%	●	102,9	24,5%	●
3 Receitas das operações não financeiras das câmaras municipais por habitante (€/ hab.)	1939	744	19,4%	●	829	25,1%	●
4 Dívida das câmaras municipais por habitante (€/ hab.)	134	326	90,6%	●	357	89,1%	●
5 Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (n.º)	37,3	39,4	100%	●	43,5	100%	●
6 Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet (n.º) ¹	1,5	1,2	100%	●	1,2	100%	●
T Valor agregado do ODS 17			66,7%	●		67,7%	●

¹ Para este indicador não se dispõe do valor para Portugal, pelo que foi utilizado o valor para o Continente.

Figura 21 – Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 17



Ao nível dos sub-regiões existe heterogeneidade moderada. O Índice de Progresso mais elevado está na Área Metropolitana do Porto (70,6%) e o mais reduzido na sub-região de Tâmega e Sousa (59,8%). Os indicadores de conectividade e inclusão digital registam bons resultados em todas as sub-regiões, enquanto os indicadores de independência financeira, como a proporção dos impostos nas receitas, têm um pior desempenho nas sub-regiões de menor densidade populacional, como Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e Barroso e Douro.

Quadro 36 - Índices de Progresso dos indicadores de base local do ODS 17 (meta=100%) por NUTS III do Norte, representado por cores da sinalética

Indicadores do ODS 17 de âmbito local	NUTS III do Norte								
	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	AMP	Alto Tâmega e Barroso	Tâmega e Sousa	Douro	TTM
1 Proporção dos impostos nas receitas das operações não financeiras (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Relação entre receitas e despesas das operações não financeiras (%)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Receitas das operações não financeiras das câmaras municipais por habitante (€/ hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
4 Dívida das câmaras municipais por habitante (€/ hab.)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (n.º)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
6 Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet (n.º)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
T Valor agregado do ODS 17	● 66,7%	● 62,5%	● 69,4%	● 65,4%	● 70,6%	● 65,9%	● 59,8%	● 61,6%	● 64,9%

Conclusões

A análise do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Norte revela avanços significativos, mas também destaca desafios persistentes que necessitam de atenção contínua. A Região tem demonstrado progressos elevados em áreas como a saúde e a educação, com várias sub-regiões próximas de atingir as metas estabelecidas para 2030. Esses avanços são atribuídos, em grande parte, à implementação de políticas públicas eficazes que promoveram um acesso mais equitativo a serviços essenciais. No entanto, embora a homogeneidade seja observada nesses domínios, ela não se aplica de forma uniforme a todos os ODS, particularmente no que tange ao crescimento económico, onde a *performance* do Norte é mais reduzida e varia de forma considerável entre as sub-regiões.

As disparidades entre as sub-regiões são mais evidentes no Pilar da Prosperidade, que engloba ODS como o crescimento económico, energias renováveis, inovação e redução das desigualdades. As sub-regiões urbanas, como o Cávado, Ave e a Área Metropolitana do Porto, destacam-se por um progresso superior neste pilar, impulsionado por uma economia mais diversificada e pela inovação. Em contrapartida, as sub-regiões rurais, com menor densidade populacional, enfrentam desafios estruturais, como a dependência de mercados locais mais limitados e a falta de incentivos privados para a inovação. A escassez de oportunidades de emprego e o baixo dinamismo comprometem o progresso nestas áreas.

Esse desequilíbrio sugere que, para promover um desenvolvimento mais equilibrado, será fundamental aprofundar as políticas territoriais multissetoriais, adaptadas às realidades de cada sub-região. Nas zonas de menor densidade populacional, é essencial concentrar esforços na melhoria da competitividade das cadeias de valor locais com ligação ao sistema científico e tecnológico, enquanto nas zonas mais urbanas deve-se intensificar a excelência no I&D, promovendo sinergias entre as entidades públicas e privadas. A expansão de *clusters* de inovação e a promoção de parcerias intermunicipais promovem efeitos positivos em toda a Região.

No Pilar do Planeta, observa-se uma dinâmica inversa. As sub-regiões com menor densidade populacional possuem indicadores de sustentabilidade ambiental mais favoráveis, devido à menor pressão sobre os recursos naturais. Nesses territórios, a menor atividade económica contribui para a preservação dos ecossistemas, favorecendo a adoção de práticas sustentáveis, como o uso racional da água e a gestão ambiental. No entanto, nas áreas urbanas, os desafios são mais complexos. O crescimento económico e a localização industrial criam maior pressão sobre os recursos naturais, exigindo políticas mais focadas na mitigação ambiental, como a implementação de tecnologias limpas, a reabilitação urbana e a adoção de práticas que promovam cidades e comunidades mais sustentáveis.

Além disso, o fortalecimento da qualidade das instituições locais – como a transparência – e a promoção de parcerias eficazes entre os municípios são cruciais para reduzir as disparidades e otimizar a utilização dos recursos disponíveis. A construção de parcerias sub-regionais sólidas pode impulsionar a implementação dos ODS de forma mais eficiente e coordenada. A cooperação entre municípios e entre setores público e privado é vital, especialmente diante dos desafios interligados e da necessidade de respostas rápidas e integradas.

No entanto, é importante reconhecer que os desafios enfrentados no Norte não são apenas locais ou regionais. Eles também são influenciados por fatores externos, como os conflitos geopolíticos, o protecionismo económico e as crises globais. Por exemplo, a inflação elevada e a desaceleração económica global têm impactos diretos sobre a prosperidade da Região, afetando a arrecadação fiscal e limitando os recursos para investimentos em áreas essenciais, como a mitigação da fome e da pobreza, além de dificultar a transição energética. As flutuações nos preços de energia e matérias-primas também afetam as sub-regiões mais dependentes do setor primário.

Diante deste cenário, a análise deste relatório fornece uma base sólida para que os decisores políticos ajustem as suas estratégias de desenvolvimento, promovendo um futuro mais justo, sustentável e resiliente para todos os municípios da Região.

Fontes

- ❖ Instituto Nacional de Estatística (INE)
- ❖ Direção Geral do Território (DGT)
- ❖ Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)
- ❖ Ministérios da Justiça
- ❖ Comissão Nacional de Eleições (CNE)
- ❖ Observatório da Sociedade da Informação Departamento de Sistemas de Informação (GAVEA)
- ❖ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- ❖ Associação Integridade e Transparência